

ESSENCIAL

ESPECIAL

A ameaça
do PLP 257

GESTÃO

Aposentadoria:
questão de
planejamento

COMPORTAMENTO

Ajustes para
vencer a crise

RIO DOCE

Renascimento é possível



CONHEÇA NOSSA NOVA LOGO



SINDIFISCAL-ES

Onde essa imagem estiver também estarão a defesa dos direitos e prerrogativas do Fisco Capixaba, a luta do fortalecimento da Receita Estadual e a busca da valorização do tributo como garantia dos direitos sociais fundamentais essenciais à construção de uma sociedade que privilegia a dignidade humana.

Essa é a nova marca do Sindifiscal-ES!

EM BREVE NOVO SITE DO SINDIFISCAL

O Sindifiscal vai lançar um novo portal. Mais moderno, interativo e fácil de navegar. O projeto foi redesenhado num formato mais dinâmico, e adaptado para smartphones e tablets, e com a novidade da área restrita.



 **SINDIFISCAL-ES**

Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF do Estado do Espírito Santo

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955 - Edifício Global Tower, salas 714 e 715 / CEP: 29.050-335 - Enseada do Suá, Vitória - ES
Tel. 3325-3439 | **E-mail:** fisco@sindifiscal-es.org.br



ZENAIDE MARIA TOMAZELLI LANÇA
Presidente do Sindifiscal-ES

É preciso esclarecer

A Revista Essencial, uma publicação do Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF) do Estado do Espírito Santo (Sindifiscal-ES), nasce com o propósito de ser um veículo que se projeta para fora das paredes do espaço sindical e se comunica com a sociedade como um todo. Ao abordar assuntos, informações e opiniões de grande interesse, como política, economia, meio ambiente e ciência e tecnologia, pretendemos chegar ao mais amplo público.

Com uma tiragem de 2.500 exemplares e periodicidade quadrimestral, a revista quer se tornar leitura obrigatória na “dieta” de mídia de órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e imprensa, sem contar sindicatos, associações, comunidade empresarial, meio acadêmico e demais entidades de responsabilidade social, nas 27 unidades da Federação.

Por falar em social, propomos debater e promover a conscientização da importância social do tributo e da essencialidade do trabalho do Fisco para a sustentabilidade do

Estado. Abordaremos temas como o efetivo exercício da cidadania, o aprimoramento da relação participativa e consciente entre o Estado e o cidadão, a compreensão da função socioeconômica do tributo, da correta alocação dos recursos públicos, da estrutura e funcionamento de uma administração pública pautada por princípios éticos e da busca de estratégias e meios para o exercício do controle democrático.

Cabe assim ao Fisco garantir, por meio da tributação, da arrecadação e da fiscalização, recursos necessários à aplicação das políticas públicas para a sociedade; ou seja: as atividades prioritárias dos governos que influenciam diretamente a vida dos cidadãos. Nesse conjunto estão incluídos, por exemplo, os investimentos nas áreas de Saúde e Educação e nos programas de distribuição de renda para a diminuição das desigualdades. Sem falar da tão almejada conta azul, que nada mais é do que o equilíbrio entre as receitas e as despesas de um Estado e que tanto ganhou destaque junto à imprensa no atual cenário de crise econômica. Bem-vindos à Revista Essencial.

União para a recuperação

Atingido pelo que é considerada a mais grave tragédia ambiental dos últimos 100 anos no Brasil, o Rio Doce tem chance de ser recuperado. No entanto, apenas com a união de esforços entre entes públicos, privados e a sociedade será possível testemunhar o renascimento do maior rio do Espírito Santo.

**06**

ARTIGOS



**JOSÉ MONTEIRO
NUNES FILHO**



**ADSON THIAGO
OLIVEIRA SILVA**



LÚCIO BEILLI MENDES



JOCELINO DEMUNER



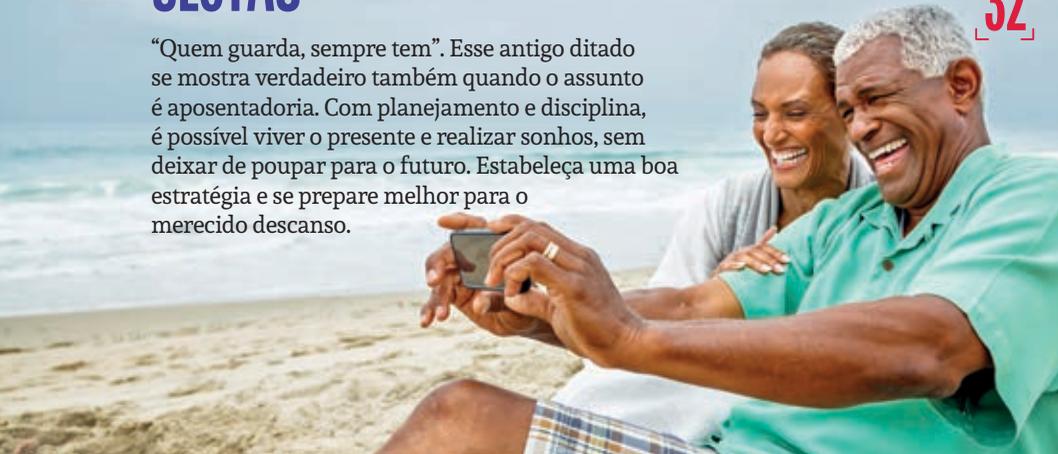
**EUSTÁQUIO
FRANCISCO XAVIER**



**DEUBER LUIZ
VESCOVI DE OLIVEIRA**

GESTÃO

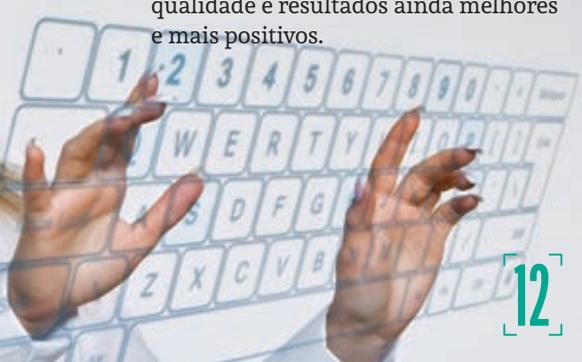
“Quem guarda, sempre tem”. Esse antigo ditado se mostra verdadeiro também quando o assunto é aposentadoria. Com planejamento e disciplina, é possível viver o presente e realizar sonhos, sem deixar de poupar para o futuro. Estabeleça uma boa estratégia e se prepare melhor para o merecido descanso.



32

TECNOLOGIA

Em um mundo transformado pelas inovações, a tecnologia criou infinitas e inéditas facilidades. Veja como o mercado de trabalho foi beneficiado, e como a tecnologia pode gerar oportunidades, economia, agilidade, qualidade e resultados ainda melhores e mais positivos.



12



24

ENTREVISTA

Coordenadora do Movimento Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli fala sobre a importância da transparência em questões relacionadas a orçamento fiscal e endividamento. Para a auditora, também é preciso haver mobilização da sociedade para fiscalização da dívida pública.

ECONOMIA

18

Autênticos guardiões dos cofres públicos, os auditores fiscais querem um debate sobre remuneração e reposição no quadro de pessoal. Conheça mais sobre o profissional que atua para garantir que todos tenham os mesmos direitos e deveres na economia de mercado, além da sua luta por melhores condições de trabalho.



EXPEDIENTE



Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF do Estado do Espírito Santo

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Zenaide Maria Tomazelli Lança
Vice Presidente: José Antonio Gil da Silva
Diretor Tesoureiro: José Fermo
Diretor Administrativo: Élcio Pedro Uliana
Diretor Jurídico: José Monteiro Nunes Filho
Diretor de Aposentados e Pensionistas: Fernando Dalto Barreto
Diretor de Comunicação e Divulgação: Eustáquio Francisco Xavier

CONSELHO DELIBERATIVO
Antônio Carlos Frisso
Bruno Barcelos Nardotto
Luciano José da Silva
Marcelo Vinícius Borges Amistá
Marcelo da Silva Ramos

CONSELHO FISCAL
Lenita Ana De Nadai
Nourival Ferreira
Saulo Machado Viana

DELEGADOS SINDICAIS
Região Metropolitana
Mário José de Souza Gomes
Região Nordeste: André Gomes Santana
Região Noroeste: Luciene Truglho Ferrari
Região Sul: Délio Cassiano Borges Castello

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Adriana Nobre

CONTATO
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955,
Edifício Global Tower, salas 714 e 715,
Euseada do Sud, Vitória - ES
CEP: 29.050-335
Contatos: 27 3325.3439
fisco@sindifiscal-es.org.br
http://www.sindifiscal-es.org.br

PRODUÇÃO EDITORIAL



Diretor: Mário Fernando Souza
Gerente de Produção: Cláudia Luzes
Textos: Andrea Nunes, Fernanda Zandonadi, Gustavo Costa, Ivy Coutinho, Luciene Araújo, Nadia Baptista, Roberto Teixeira, Thiago Lourenço, Weber Caldas e Yasmin Vilhena
Revisão: Roberto da S. Rodrigues
Copidesque: Márcia Rodrigues
Editoração: Adriana Rios e Michel Sabarense
Apoio de produção: Mara Cimeró
Fotografia: Jackson Gonçalves, fotos cedidas e arquivos Next Editorial
Foto de capa e matéria meio-ambiente: Leonardo Merçon / Últimos Refúgios
Colaboraram nesta edição: Jocelino Demuner, José Monteiro Nunes Filho, Adson Thiago Oliveira Filho, Lúcio Berilli Mendes, Deuber Luiz Vescovi de Oliveira e Eustáquio Francisco Xavier

Contato: Av. Paulino Muller, 795,
Jucutuquara, Vitória/ES - CEP 29040-715
Telefax: 27 2123-6500
redacao@lineapublicacoes.com.br
www.lineapublicacoes.com.br

16 GADGETS



40 VISITANDO



- 30 VIVA MELHOR
- 36 ESPECIAL
- 48 COMPORTAMENTO
- 54 ESTILO
- 56 POLÍTICA
- 60 AGENDA CULTURAL

MEIO-AMBIENTE

RIO DOCE:



DA AGONIA À REDENÇÃO

Somente com a união de esforços entre entes públicos, privados e sociedade é possível acreditar que o maior rio do Espírito Santo poderá ser recuperado em 15 anos

O rio Doce, o maior do Estado, depois de ter sido vítima da mais grave tragédia ambiental dos últimos 100 anos, tem chance de ser recuperado. Mas, não será uma tarefa fácil, e nem breve. Para isso acontecer, de acordo com os especialistas, é necessária a união de esforços de entes públicos, privados e da população afetada ou não pelo desastre.

Esperanças estão depositadas na inacreditável força de renovação da natureza e em planos de ações adotados pelas instituições envolvidas. “Será necessário um trabalho intenso, persistente, duradouro, já que o rio Doce não poderá se recuperar por si mesmo de muitas das sequelas observadas. Recuperar um rio como o Doce demanda um longo tempo, sem dúvida”, comenta o diretor da Agência Nacional das Águas (ANA), Ney Maranhão.

Em decorrência de uma Ação Civil Pública, foi realizada a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), que tem uma perspectiva de reparação de danos e a compensação do que não puder ser reparado, o que pode ser uma das saídas para dias melhores. Pelo menos R\$ 4,4 bilhões serão destinados para os projetos até o final de 2018, sendo R\$ 2 bilhões já em 2016, e R\$ 1,2 bilhão, a partir de 2017.



“A visão de recuperação é para 2030, desde que as ações planejadas sejam devidamente implementadas”, comenta. Para o prefeito, o importante agora é envolver a sociedade para que participe e contribua com as ações de recuperação”

Leonardo Deptulski,
presidente do Comitê da Bacia
do Rio Doce e prefeito de Colatina

“A ideia é de que o montante repassado para os projetos seja próximo aos R\$ 20 bilhões, previstos na ação civil pública ajuizada pela Advocacia-Geral da União (AGU) contra as empresas. E ainda que, até 2018, mais R\$ 1,5 bilhão seja utilizado exclusivamente para atender necessidades de saneamento e destinação de resíduos sólidos dos municípios mineiros e capixabas atingidos pelo desastre”, afirma o presidente da ANA.

O TTAC foi firmado em 2 de março de 2016 pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo com as empresas Samarco, Vale e BHP, e homologado em 5 de maio de 2016 pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), estabelecendo 17 programas socioambientais a serem cumpridos por uma fundação de direito privado, com recursos da Samarco.

Dentre esses programas estão: manejo dos rejeitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão; implementação de sistemas de

contenção dos rejeitos e de tratamento dos rios impactados; recuperação nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado; recuperação de Áreas de Preservação Permanente e áreas de recarga da bacia do rio Doce e controle de processos erosivos; recuperação de 5.000 nascentes; conservação da biodiversidade aquática; fortalecimento das estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre; conservação da fauna e da flora terrestre; coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos; melhoria dos sistemas de abastecimento de água; educação ambiental e preparação para as emergências ambientais; informação para a população; comunicação nacional e internacional; gestão de riscos ambientais; investigação e monitoramento da bacia do rio Doce, áreas estuarinas, costeiras e marinhas impactadas; consolidação de Unidades de Conservação; fomento à implementação do Cadastro Ambiental Rural e dos Programas de Regularização Ambiental. Os prejuízos dos trabalhadores que tinham o rio como fonte de recursos também foram levantados e se encontram contemplados no TTAC.

O documento prevê a criação de uma fundação de direito privado, e a apresentação de um planejamento inicial das atividades, ações e indicadores para cada um dos programas, bem como seus cronogramas de implementação. O governo federal criou um Comitê Interfederativo (CIF) para acompanhar a implementação das ações vinculadas ao TTAC, formado por representantes do Ministério do Meio Ambiente, Advocacia-Geral da União,

“Os turistas deixaram de vir ao balneário por acreditarem que a lama destruiu tudo”

Fábio Gama Gomes,
vice-presidente da Associação de
Moradores de Regência

“A ideia é de que o montante repassado para os projetos seja próximo aos R\$ 20 bilhões”

Ney Maranhão,
presidente da ANA

Casa Civil da Presidência da República, de secretários de Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de representantes dos municípios dos dois estados.

O fotógrafo de natureza e conservação Leonardo Merçon navegou pelo Rio Doce apenas três dias após o rompimento da barragem em Mariana, em Minas Gerais, e registrou in loco toda a tragédia que afetou a fauna, flora e as pessoas locais. “Fomos subindo e fotografando o rio limpo, quando chegamos um pouco antes do município de Governador Valadares constatamos a coloração da água mudando, em virtude dos rejeitos. E aí, foi difícil fotografar com lágrimas nos olhos. Fiquei chocado, foi desesperador, vimos milhares de peixes morrendo, camarões, caramujos, enfim, tudo que precisava ficar dentro da água para sobreviver.”, afirma. Para Merçon, houve falta de sensibilidade de pessoas e da empresa Samarco. “Moradores locais, por exemplo, pegavam os peixes mortos e enchiam os caminhões para vender”, complementa.

Apesar de tudo, o presidente do Instituto Últimos Refúgios, também acredita que haja esperança para o Rio Doce. “A natureza pode nos surpreender positivamente, se conseguirmos replantar as margens recuperar as nascentes e não causar mais impactos.

“A natureza pode nos surpreender positivamente, se conseguirmos replantar as margens recuperar as nascentes e não causar mais impactos”

Leonardo Merçon,
fotógrafo de natureza e conservação e
presidente do Instituto Últimos Refúgios



Mas precisamos saber se a sociedade está disposta a deixar ele se recuperar e parar de explorar da forma que acontece, com o desmatamento de matas ciliares e de nascentes, por exemplo”. O fotógrafo ressalta também que, na realidade, são os seres humanos que necessitam de nosso planeta e não ao contrário, como costumemente imaginamos.

Leonardo Deptulski, presidente do Comitê da Bacia do Rio Doce e também prefeito de Colatina, uma das cidades fortemente impactadas pela tragédia, confia em uma recuperação de toda a bacia, tendo em vista a assinatura do TTAC e o Plano Integrado do Rio Doce. “Infelizmente, o rio já vinha em um processo de degradação. Mas tenho acompanhado diariamente a redução do nível de turbidez. A visão de recuperação é para 2030, desde que as ações planejadas sejam devidamente implementadas”, comenta. Para o prefeito, o importante agora é envolver a sociedade para que participe e contribua com as ações de recuperação.

Para o professor de Ecologia e Recursos Naturais da Ufes, Luiz Fernando Schettino, a tragédia ambiental sofrida pelo rio Doce precisa ser tomada como uma lição para as gerações futuras, no sentido de assumir os erros cometidos, perceber que as leis nem sempre contemplam tudo que é necessário ser fiscalizado e, principalmente, ter uma fiscalização rigorosa a respeito das atividades ligadas ao meio ambiente. “É preciso atentar para as outras barragens, acompanhar as medidas, tornar uma prática de ter mais rigor no licenciamento, aprovando apenas depois que todas as entidades envolvidas tenham, ao menos, conhecimento a respeito”, comenta o professor da Ufes.



Schettino sugere, além da união entre a sociedade e as empresas envolvidas, que uma fonte única centralize os dados e se assuma como referência no que tange ao assunto. Mas ele alerta: é impossível para qualquer órgão ou estudioso precisar, neste momento, um prazo para a recuperação do rio Doce, diante de todas as situações e entes envolvidos.

Regência agoniza

O bucólico distrito de Regência, localizado no município de Linhares, litoral norte do Espírito Santo, foi completamente prejudicado com a chegada da lama de rejeitos da Samarco. Trabalhadores que possuíam apenas duas atividades laborativas - a pesca e o turismo – viram o fluxo turístico despencar para próximo de zero, situação agravada ainda com a proibição da pesca na foz do rio, em virtude da tragédia ambiental.

“Os viajantes e turistas estão deixando de vir a Regência por acreditarem que a lama destruiu tudo por aqui. A principal missão da comunidade agora é rebater a mídia negativa que se espalhou por todo o mundo, via TV e internet”, comenta o vice-presidente da Associação de Moradores de Regência, Fábio Gama Gomes, que defende um plano emergencial de recuperação para o local.

Fábio Gama tenta demonstrar otimismo diante de toda a dificuldade e aponta caminhos para a melhoria da situação. “O que se esperava com a chegada da lama é que espécies de animais e plantas seriam mortas no primeiro contato com a água, o que felizmente não ocorreu, ao menos no olhar dos ribeirinhos. Podemos contribuir ajudando a natureza com o plantio de espécies nativas e a retirada de lixo”, comenta.

Entenda a tragédia

Toda a extensão do rio Doce sofreu com perdas de vidas humanas, destruição de propriedades e infraestrutura viária, interrupção na geração das Usinas Hidrelétricas (UHEs) e no abastecimento de água às cidades, degradação da fauna e da flora, com grande comoção social e transtornos gerais

após o rompimento da barragem de rejeitos de mineração, controlada pela Samarco e localizada no subdistrito de Fundão, no município de Mariana (MG). A grande mortandade de peixes representou grave prejuízo para os pescadores e as atividades turísticas no baixo rio Doce.

Entre novembro de 2015 e janeiro de 2016, foram adotadas medidas emergenciais com o objetivo de superar a crise no abastecimento de água potável às cidades atingidas e abrigar as vítimas, dentre outras ações. Naquele momento, foram verificadas abruptas mudanças nos parâmetros de qualidade de água do rio Doce.

De acordo com o laudo preliminar do Ibama, de novembro de 2015, foram contabilizados 7.410 peixes mortos, pertencentes a 21 espécies. Ademais, informa ainda o documento que o rompimento da barragem causou a destruição de 1.469 hectares, ao longo de 77 km de cursos d’água, incluindo áreas de preservação permanente.

A bacia do rio Doce

A bacia hidrográfica do rio Doce, formada por rios e cursos d’água de 228 municípios, possui 84.000 quilômetros quadrados, dos quais 86% em Minas Gerais e o restante, 14%, no Espírito Santo. Na bacia do rio Doce estão instaladas 3.600 indústrias e uma população de cerca de quatro mil habitantes.

Com uma extensão de 897 quilômetros, o Doce nasce na Serra da Mantiqueira, com o nome de Rio Piranga. A nascente é localizada na fazenda Morro do Queimado, no município de Ressaquinha. A partir do município de Ponte Nova, ele passa a se chamar rio Doce, em uma região conhecida como Alto Rio Doce. O rio deságua no Oceano Atlântico, no litoral do Espírito Santo, especificamente no distrito de Regência, localizado em Linhares, como já citado.

As atividades desenvolvidas nas margens do rio Doce são: agropecuária, agroindústria, mineração, siderurgia, celulose, alimentos e laticínios, comércio e serviços, pesca, turismo e geração de energia elétrica. ■

Inscrições para prêmio de educação fiscal até 11 de julho

Fotos: Divulgação



As inscrições para o Prêmio Nacional de Educação Fiscal 2016 já estão abertas. Promovido pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), em parceria com a Escola de Administração Fazendária (Esaf), a disputa foi lançada no dia 17 de maio, na Esaf, em coquetel para autoridades, representantes das instituições parceiras, patrocinadores e dirigentes das associações filiadas à Febrafite e convidados.

Neste dia também foi lançado o Grupo de Trabalho Controle Social e Gestão de Custos Aplicados ao Setor Público, em parceria com o Programa Nacional de Educação Fiscal (Pnef), a Universidade de Brasília (UnB), a Febrafite, entre outras instituições.

O concurso foi criado para promover ações que envolvam matérias específicas de educação fiscal nas escolas e organizações, abrindo espaço para a discussão sobre a importância social do tributo, e o acompanhamento da qualidade dos gastos públicos no Brasil. Desde sua primeira edição, em 2012, participaram mais de 500 projetos de todas as regiões no país, divididos nas categorias de Escolas e Instituições. “É fundamental para o desenvolvimento do país, que o cidadão contribuinte saiba interpretar o que dizem os orçamentos públicos, como são geridos e como os recursos neles previstos são aplicados”, ressalta o presidente da Febrafite, Roberto Kupski.

A festa de premiação acontecerá no dia 9 de novembro, em Brasília. Participarão do evento representantes dos dez

melhores projetos do ano. Os cinco projetos vencedores receberão troféus, certificados e premiação em dinheiro no valor de R\$ 10 mil, R\$ 5 mil e R\$ 3 mil reais para os três primeiros colocados na categoria Escolas, R\$ 10 mil e R\$ 5 mil para os dois primeiros lugares na categoria Instituições. Também será entregue um Certificado de Reconhecimento para todas as iniciativas participantes da edição. Mais informações e inscrições no site www.premioeducacaofiscal.com.br/

Dia do Auditor Fiscal

Para festejar o Dia do Auditor Fiscal, comemorado em 21 de setembro, conforme a Lei Estadual N° 4.218/89, o Sindifiscal-ES está preparando uma programação especial, que contará com várias homenagens. Além disso, haverá a realização de um ciclo de palestras, que debaterá temas de interesse da categoria, como função social do tributo, Renúncia Fiscal e combate à sonegação. A programação completa será divulgada em breve. Acompanhe as novidades nos nossos canais de divulgação.

TECNOLOGIA, PARCEIRA DO TRABALHADOR

Os avanços tecnológicos mudaram a dinâmica do mercado de trabalho e facilitaram a vida de muita gente

ALGUMAS PROFISSÕES QUE SURGIRAM GRAÇAS À TECNOLOGIA

Profissionais de TI

O vasto mercado de Tecnologia da Informação envolve uma série de profissionais que trabalham em diferentes setores da computação.

Analista de mídias sociais

as redes sociais são vistas como um amplo local de divulgação, visibilidade da marca e relacionamento com o cliente. Nesse mesmo passo, surgiu o profissional responsável por gerar e gerenciar conteúdo, monitorar e interagir com os usuários.

Robótica

A automação industrial, muito discutida como responsável por tirar postos de trabalho de funcionários braçais, também trouxe um novo campo de atuação, mais especializado, para o desenvolvimento, operação e manutenção dos equipamentos usados para agilizar processos industriais. Gilberto Sudré afirma que, em se tratando de informática, por exemplo, o poder computacional (capacidade dos computadores) dobra a cada 18 meses.

A chegada da tecnologia revolucionou a sociedade e a relação do homem com diversos setores da sua vida: na forma como se comunica, como interage com outras pessoas; encurtou distâncias; relativizou noções de privacidade e criou infinitas e inéditas facilidades, sem as quais as novas gerações dificilmente conseguem imaginar como viver no mundo moderno. O celular, hoje considerado item indispensável, já possui tantos recursos que é possível passar boa parte do dia mexendo no aparelho sem fazer ou receber uma única ligação.

No mercado de trabalho, a tecnologia trouxe automação, inteligência artificial, digitalização de dados e processos, gerando economia, agilidade, qualidade, integração e facilitação de acesso a informações, com mais assertividade na geração de resultados. Mas, na bagagem, vieram junto as inseguranças no que diz respeito à substituição de mão de obra humana por processos automatizados.

A mudança, em algumas áreas, é uma realidade. Indústrias e agronegócios já usam em peso a mão de obra automatizada em substituição ao trabalhador braçal.

Por outro lado, especialistas em robótica ganharam espaço para o desenvolvimento de produtos. O revelador de laboratório de fotografia, por exemplo, praticamente deixou de existir com a chegada da fotografia digital.

Em compensação, surgiram o técnico em edição de imagens e os profissionais responsáveis por tornar as novas câmeras cada vez mais poderosas.

Na mesma medida, especulam-se quais as profissões que poderiam vir a se perder com os avanços tecnológicos, cada vez mais acelerados. A função do auditor fiscal, no entanto, que já sofreu especulações a respeito do seu futuro, é garantida, de acordo com especialistas. A tecnologia chega como uma aliada na função, mas não deve ser capaz de substituir a inteligência humana, indispensável, nesse caso, para interpretar, analisar e compreender os dados obtidos de maneira digitalizada.

“O auditor cada vez mais vai ganhar ferramentas que agilizarão o seu trabalho e o tornarão mais eficiente, mas a inteligência da auditoria vai continuar sendo dele”

Gilberto Sudré,
consultor em tecnologia



“O sistema de notas fiscais eletrônicas fortalece o Fisco e as administrações tributárias”

Eudaldo Almeida Jesus,
coordenador geral do Encat



Surge também a necessidade de ampliar a qualificação profissional e buscar compreender melhor a dinâmica de mercado, que evolui a cada dia.

Para o consultor em tecnologia Gilberto Sudré, se é fato que os avanços tecnológicos podem reduzir o número de trabalhadores em indústrias, por exemplo, por outro lado eles também propiciam diferentes formas de se ganhar dinheiro.

“Uma observação interessante a ser feita sobre a tecnologia no mercado de trabalho é que, embora haja um balanço negativo em relação ao trabalho braçal, há outra vertente no mercado. Haverá cada vez mais uma quantidade menor de empregados. Por outro lado, se você sair dessa relação patrão-empregado e for para o empreendedorismo, o papel se inverte. A tecnologia dá mais oportunidades para que jovens criem coisas novas e trabalhem em novos mercados”, analisou.

Para Sudré, na função de auditor fiscal sempre será necessária a presença do ser humano para analisar os dados com os quais a função lida. “O auditor cada vez mais vai ganhar ferramentas que agilizarão o seu trabalho e o tornarão mais eficiente, mas a inteligência da auditoria vai continuar sendo dele.”

Memória

Auditor fiscal concursado, com mais de 30 anos de carreira e filiado ao Sindifiscal, Jocelino Antônio

“Enquanto houver tributo, não deixará de haver a necessidade do auditor fiscal. Os instrumentos tecnológicos são ferramentas para aperfeiçoar e ajudar o trabalho humano”

Roberto Kupski,
presidente da Febrafite

Demuner viu de perto os processos de trabalho serem transformados com o advento da era digital.

“Hoje, sem computador, a gente não trabalha. Sem internet, sim, pois temos uma rede interna, mas não sem o computador. Hoje eu sou um vetor dessa tecnologia. Fiz essa transição do papel para o digital e promovo o uso da tecnologia pelos nosso auditores na receita estadual.”

Ele relembra a época em que precisava pesquisar pilhas e pilhas de livros e papéis e demorava bem mais para analisar todas as informações e buscar ali possíveis erros tributários. Com a digitalização dos processos, veio junto a necessidade de maior empenho do auditor em sempre atualizar seus conhecimentos. “O trabalho se tornou mais assertivo e menos dotado de erros básicos, como um contribuinte que tinha uma inscrição estadual errada do seu comprador. Agora, a própria programação impede que isso aconteça”.

Para o presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Roberto Kupski, o trabalho humano do auditor é insubstituível. “Enquanto houver tributo, não deixará de haver a necessidade do auditor fiscal. Os instrumentos tecnológicos são ferramentas para aperfeiçoar e ajudar o trabalho humano.”

O coordenador geral do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários (Encat), Eudaldo Almeida de Jesus, ressaltou a forma como a tecnologia é parceira no trabalho do auditor. “No mundo em que vivemos hoje, com a tecnologia avançando, não temos como ficar para trás. O sistema de notas fiscais eletrônicas fortalece o Fisco e as administrações tributárias. Hoje podemos coibir melhor a sonegação fiscal e demonstrar à sociedade que podemos melhorar o serviço e o atendimento ao contribuinte.”

A mesma visão é compartilhada no exterior. Segundo a conselheira de Finanças da Embaixada da Espanha, Antoinette Musilek, a declaração de renda naquele país, assim como no Brasil, é feita de forma automatizada, necessitando de todo um suporte técnico de pessoas qualificadas. “Nem tudo a máquina pode fazer. Ela pode facilitar o trabalho, mas o recurso humano qualificado e técnico é sempre necessário.” ■

Transparência e os benefícios fiscais no Espírito Santo

Atualmente, em nosso país, pouquíssimos profissionais gozam de prestígio tão elevado quanto o recém-empossado ministro da Fazenda, Henrique de Campos Meirelles, executivo do setor financeiro brasileiro e internacional, ex-presidente do Banco Central do Brasil.

Por este mesmo motivo, na manhã de sexta-feira, 13 de maio, ao assistir o noticiário da TV, mantivemo-nos atentos à sua primeira entrevista no cargo, concedida à jornalista Miriam Leitão, que insistentemente o inquiriu sobre quais medidas seriam tomadas pelo novo governo visando a estancar a crítica trajetória de crescimento do déficit das contas públicas do país.

O ministro foi bastante cauteloso em suas respostas, mantendo-se focado na premência da adoção de medidas objetivando a reforma do sistema previdenciário. Porém, acabou nos surpreendendo ao declarar, enfaticamente, que proporá também a revogação do que denominou de “bolsa empresário”, visando ao incremento das receitas tributárias.

Ao esclarecer do que se tratava, informou que consiste no conjunto de benefícios e incentivos fiscais, a seu ver indevidamente concedidos a grande número de empresas, por motivos diversos, durante o governo de Dilma Rousseff. “Vamos mexer nos privilégios daqueles que não precisam”, concluiu, ao final da entrevista.

Sem entrarmos no mérito da concessão desses benefícios e incentivos fiscais no âmbito de nosso Estado, em consideração aos argumentos de que teriam

origem na “guerra fiscal” travada entre os entes federativos em busca de atração de investimentos privados, ressaltamos que a manifestação do ministro nos trouxe à memória a aprovação, em 18 de dezembro do ano passado, da última Emenda à Constituição do Estado do Espírito Santo, de nº 103, que tratou estritamente de revogar o seu artigo 145, constante desde à promulgação, com a seguinte redação:

“Art. 145 - Os Poderes Públicos Estadual e Municipal, no prazo de cento e oitenta dias após o encerramento do exercício financeiro, darão publicidade às seguintes informações:

I - benefícios e incentivos fiscais concedidos, indicando os respectivos beneficiários e o montante do imposto reduzido ou dispensado;

II - isenções ou reduções de impostos, incidentes sobre bens e serviços.”

Nesse contexto, como servidores públicos dedicados exclusivamente ao acompanhamento e à fiscalização dos tributos estaduais capixabas, cumprenos lamentar a medida, uma vez que o citado dispositivo legal mantinha total consonância com a Lei nº 12.527, de 18/11/2011, conhecida como Lei de Transparência e de Acesso à Informação, assim como digna de lamento é a realidade do nosso fisco estadual, ao oferecer as piores remunerações do país, em início e final de carreira, favorecendo a evasão de quadros, reduzindo assim, cada vez mais, a sua capacidade de garantir a arrecadação tributária, em tempos de crise financeira e de exacerbação da concorrência desleal no ambiente empresarial.

“... é a realidade do nosso fisco estadual, ao oferecer as piores remunerações do país, em início e final de carreira, favorecendo a evasão de quadros, reduzindo assim, cada vez mais, a sua capacidade de garantir a arrecadação tributária, em tempos de crise financeira ...”



JOSÉ MONTEIRO NUNES FILHO

é auditor fiscal da Receita Estadual do Espírito Santo, formado em Psicanálise e Administração com especialização em Comércio Exterior.



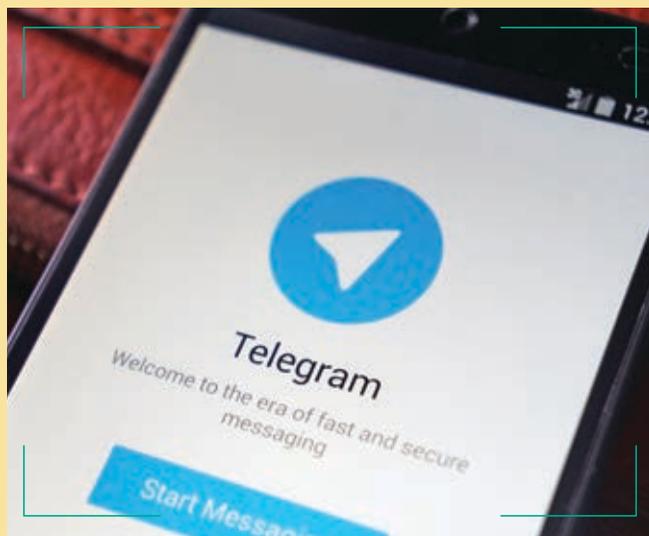
NOTEBOOK VAIO VEM PARA CONCORRER COM O MACBOOK AIR

Já começou a ser vendido no Brasil o Vaio Pro 13G, notebook ultrafino que promete competir diretamente com o MacBook Air. O laptop, que oferece espessura de apenas 13mm, chega com um processador Core i5 2.2 GHz, 4 GB de memória RAM e um SSD de 128 GB, além de uma tela de 13 polegadas, com resolução full HD, o que o deixa em um patamar similar ao do MacBook Air, de mesmo tamanho. No país, o notebook estará disponível na cor prata, por R\$ 8.199.



FENDER ANUNCIA FONES INTRA-AURICULARES

A Fender anunciou sua primeira linha de fones intra-auriculares, feitos para aqueles que desejam ter uma experiência inesquecível na hora ouvir música com qualidade premium. Com preços pouco acessíveis - de US\$ 99,99 (aproximadamente R\$ 347,00) a US\$ 499,99 (cerca de R\$ 1.736,00) -, os cinco modelos possuem configurações avançadas e o máximo isolamento possível de ruídos, para total imersão. Com um formato exclusivo, os novos fones proporcionam conforto e também o isolamento quase que total.



TELEGRAM PERMITE EDITAR MENSAGENS JÁ ENVIADAS

Os usuários do Telegram poderão contar com uma novidade disponibilizada após a última atualização do aplicativo. O rival do Whatsapp agora permite que sejam alteradas mensagens já enviadas, além de outros recursos, como menção de contatos nas conversas em grupo, capacidade de criar atalhos das conversas na tela inicial do smartphone e localização de atalhos para bots no menu de anexo.



NOKIA VOLTA COM SMARTPHONES E TABLETS NO ANDROID

A Nokia anunciou a sua volta ao mercado de dispositivos móveis, após passar algum tempo como propriedade da Microsoft. A novidade aconteceu após a empresa de Bill Gates colocar a divisão à venda por US\$ 350 milhões para a FIH Mobile e a HMD Global. Com a conclusão da transação, prevista para o segundo semestre deste ano, a empresa finlandesa voltará a comercializar produtos com seu nome.



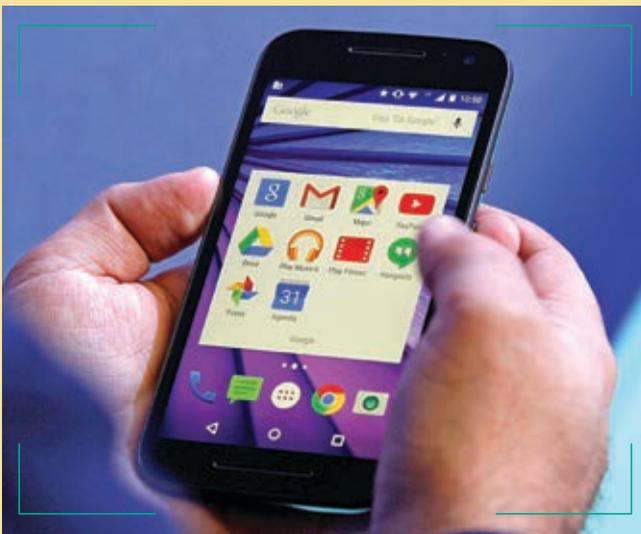
WEARABLE GARMIN VIVOSMART HR+ CHEGA POR US\$ 219

A Garmin lançou, neste mês de maio, uma nova versão da pulseira fitness Vivomart HR, que será vendida por US\$ 219. A novidade, que agora vem com GPS, também oferece o recurso Garmin Move IQ, que descobre o tipo de atividade que está sendo feita, como corrida, caminhada ou exercícios físicos. “Com uma combinação de GPS, rastreador de batimento cardíaco, longa autonomia de bateria e resistência à água, o Vivomart HR+ foi desenvolvido para acompanhar a rotina ativa de seus usuários”, disse Dan Bartel, vice-presidente da Garmin.



TWITTER RETIRA FOTOS E VÍDEOS DO LIMITE DE 140 CARACTERES

O Twitter informou no final do mês de maio que nomes de usuários e anexos de mídia como fotos e vídeos não serão mais contados na extensão de um post. A novidade, que deve ser implantada nos próximos meses, busca simplificar o seu serviço de microblog, contemplando ainda a capacidade de retuitar e citar o seu próprio tuíte. “Algumas mudanças simples para tornar a conversação mais fácil no Twitter! E não tirar mais os caracteres de imagens ou vídeos”, afirmou o presidente-executivo Jack Dorsey, em um tweet de 115 caracteres.



Moto G 4, Moto G 4 Plus e Moto G 4 Play são lançados

Os novos modelos de smartphones da Motorola já chegaram ao Brasil. Com preço de R\$ 1.299, o intermediário da fabricante apresenta uma versão turbinada, o G4 Plus, que possui sensor de digitais, câmera de 16 MP com foco a laser e 32 GB de armazenamento, saindo por R\$ 1.499. Voltado para o público gamer, o Moto G 4 Play vem com uma tela menor, além de configurações mais humildes do que as de seus irmãos de quarta geração, custando menos de R\$ 1 mil.



TVS DA LG JÁ CONTAM COM NOVA VERSÃO DA WEBOS

A LG revelou recentemente que está levando a nova versão de seu sistema operacional de televisores webOS para os aparelhos mais recentes. A fabricante está planejando uma série de modificações para os consumidores, após a chegada da versão 3.0, como melhoria das conexões móveis e novas opções de conteúdo, além da chegada da função de zoom. Segundo a marca, a expectativa é que a nova versão seja um grande diferencial.



PARALISAÇÃO DOS OLHOS QUE FISCALIZAM

Categoria reivindica melhoria na remuneração e reposição no quadro de pessoal



Mais do que uma autoridade controladora do pagamento dos impostos, o Fisco e os auditores fiscais fazem um importante papel de niveladores de mercado e da concorrência. Basta fazer uma conta simples: se há uma loja, um comércio, que paga seus impostos em dia, contribuindo para a sociedade, ela terá que repassar esses custos para os seus produtos. No entanto, se no mesmo bairro há outra empresa que não cumpre com sua responsabilidade, ou seja, não paga seus tributos, ou não os paga em dia, certamente poderá vender mais barato ao consumidor final, já que esse custo não precisa ser repassado. Na prática, quem anda dentro da lei ficará prejudicado, levando-se em conta que os clientes certamente buscarão pagar menos pelo produto. A concorrência, portanto, é desleal. Aí entra o importante papel do auditor fiscal, que observa o mercado e busca garantir que todos tenham os mesmos direitos e deveres dentro da economia de mercado.

“Os auditores não só salvagam a integridade da receita pública, mas também atuam na defesa da concorrência quando combatem a sonegação. É um trabalho que impede que os agentes tenham condições diferenciadas no mercado. O auditor vai contra a concorrência predatória e é um nivelador do mercado, que auxilia na boa concorrência”, ressalta Adson Thiago Oliveira Silva, que atua na Sub-Gerência Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz).

As contas do governo em dia também são fruto do trabalho dos auditores. Em 2015, segundo o gerente tributário da Sefaz, João Antônio Nunes da Silva, a receita estadual fez um esforço imensurável para garantir o equilíbrio das contas públicas. “E o governo assumiu o compromisso de resolver os problemas (da categoria) até o final daquele ano, mas não resolveu. A contrapartida do Fisco foi depositada, mas o governo não depositou a dele. Por essa razão, há um descontentamento geral. A governança da receita

estadual está comprometida. O gestor não ganha absolutamente nada para fazer a gestão. É um risco institucional. É gestão temerária!”, observa.

O trabalho desses agentes, no entanto, não é simples e, muitas vezes, é um trabalho de formiguinha. A gestão tributária moderna exige, sim, a tecnologia. Não seria nada simples trabalhar com uma quantidade imensa de números e dados se não fossem os aplicativos que ajudam a organizar essas informações. “Mas precisamos desmitificar o uso da tecnologia. Atores de fora do Fisco têm ideia equivocada de que a tecnologia substitui a mão de obra do auditor fiscal. Isso não acontece. Ela apenas potencializa a mão de obra. Precisamos salientar que o Estado cresceu muito e há um universo gigantesco de informações dando suporte à tecnologia da informação. A demanda é maior pelo trabalho do auditor, que tem que trabalhar com cada vez mais informações. Além disso, carecemos de pessoas diante dessa crescente demanda. E pessoas qualificadas. Hoje o perfil do auditor é diferente. Por isso a necessidade de renovação dos quadros de pessoal, com uma política de recursos humanos que possibilite a evolução desses auditores. Nem todos acompanham a evolução e, hoje, a administração tributária precisa de profissionais em constante reciclagem, para acompanhar esse cenário”, ressalta Silva.

Durante o mês de abril, os auditores fiscais e auxiliares fazendários do Espírito Santo

“Os auditores não só salvaguardam a integridade da receita pública, mas também atuam na defesa da concorrência quando combatem a sonegação. É um trabalho que impede que os agentes tenham condições diferenciadas no mercado”

Adson Thiago Oliveira Silva,
subgerente tributário da Sefaz

participaram de um movimento que promoveu paralisações todas as quartas-feiras do mês. Com bons resultados entregues ao governo, a categoria reivindica a valorização da carreira, o fortalecimento da Receita Estadual e a melhoria dos serviços públicos.

Para se ter uma ideia, o mais recente concurso que aprovou servidores para a categoria ocorreu em 2013. Na seleção, foram chamados 19 auditores e apenas 12 deles permanecem na Secretaria da Fazenda. Na prática, além de não haver chamamento dos aprovados em concursos, o número de servidores cai, por conta de aposentadorias ou atrativos da carreira em outros Estados ou empresas. Junte-se a isso o fato de o fluxo de trabalho ter, naturalmente, aumentado - há mais empresas a serem fiscalizadas. Essa escassez de mão de obra torna-se um problema grave, que sobrecarrega os trabalhadores da ativa.

Falta de pessoal

Enquanto a lei estadual prevê 580 cargos de auditores fiscais na Receita Estadual, hoje são apenas cerca de 300 pessoas atuando na área. “Isso mostra que enfrentamos uma deficiência grande no quadro. A economia cresceu muito no Espírito Santo e, hoje, já temos mais de 80 mil empresas. É uma equação que não fecha: a economia cresceu, o número de estabelecimentos que precisam ser auditados cresceu e o número de profissionais para fazer esse serviço diminuiu”, diz o gerente. “Há mais de 200 ‘claros’ na carreira e, por conta disso, é preciso um esforço descomunal daqueles que têm que dar conta de prover o Estado dos recursos necessários para atendimento da sociedade”, lamenta Silva.

Em um artigo disponível no site do Sindifiscal-ES, a presidente do sindicato, Zenaide Maria Tomazelli Lança, defendeu a categoria. “O auditor fiscal é, portanto, um profissional indispensável ao funcionamento do Estado, e, pelo trabalho que desenvolve, permite que sejam disponibilizados os recursos estatais necessários ao atendimento dos anseios sociais, que, em nossa sociedade, são cada vez maiores e mais complexos, em razão da busca incessante por mais qualidade de vida. Sem o seu trabalho, torna-se assimétrica a relação entre Estado e sociedade civil e os prejuízos são sentidos por

“A governança da Receita Estadual está comprometida. O gestor não ganha absolutamente nada para fazer a gestão. É risco institucional. É gestão temerária!”

João Antônio Nunes da Silva,
gerente tributário da Sefaz

todos. É preciso reconhecer-lhes o valor. O aperfeiçoamento da sociedade e também do Estado depende do bom desempenho das funções de arrecadação e de fiscalização dos tributos, porque é deles que provêm as melhorias e desenvolvimentos sociais propiciados pelo poder público.”

Paralisar para avançar

Durante todo o mês de abril, o Fisco estadual realizou paralisações semanais, às quartas-feiras, de todas as atividades de tributação, arrecadação e fiscalização no Espírito Santo. E conforme deliberação da última assembléia-geral da categoria, em 11 de maio, o movimento continuará durante este mês. Na Grande Vitória, a concentração dos auditores fiscais e auxiliares fazendários acontece no prédio da Secretaria de Estado da Fazenda, na Enseada do Suá, em Vitória e, nos demais municípios, nas subgerências de fiscalização (Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina) e nas agências da Receita Estadual (Alegre, Aracruz, Barra de São Francisco, Guarapari, São Mateus e Venda Nova do Imigrante).

“Deliberamos por paralisações pontuais, o movimento ganhou musculatura e houve chamamento do governo para negociação, a fim de discutirmos e construirmos soluções que sejam interessantes para o governo, a sociedade e os trabalhadores”, explica Silva. A participação efetiva de todos os auditores fiscais e auxiliares fazendários, inclusive aposentados e pensionistas, tem demonstrado a coesão e o compromisso da categoria com o movimento reivindicatório.

A paralisação das atividades se justifica por terem sido frustradas todas as tentativas de negociação e pela ausência de contraproposta do governo para as legítimas reivindicações da categoria: preenchimento do quadro do grupo TAF (Tributação, Arrecadação



e Fiscalização), conforme a Lei Complementar nº 737/2013; piso remuneratório compatível com a realidade nacional para a carreira de auditor fiscal da Receita Estadual; regulamentação da carreira dos ocupantes do cargo de auxiliar fazendário e fixação do teto remuneratório único para o servidor público, na forma autorizada pela Constituição Federal (parágrafo 12 do artigo 37), prerrogativa já exercida por 21 entes da Federação.

Nesse sentido, segundo informou o sindicato da categoria, “as paralisações representam o caminho legítimo face ao descaso do governo estadual, que desde 2003 insiste na desvalorização da carreira tributária, desrespeitando as suas prerrogativas constitucionais, notadamente quanto à essencialidade das atividades tributárias para o funcionamento do Estado e aos recursos prioritários para a realização dessas atividades”.

Na opinião da diretoria do sindicato, a solução para a crise financeira por que passa o país não se resolve apenas com a adoção de medidas macroeconômicas, mas por incessantes ações de combate à vultosa sonegação fiscal, que impede que os tributos pagos pela sociedade retornem em forma de serviços públicos de qualidade e em benefício único dos cidadãos.

As referidas ações de combate à sonegação passam necessariamente pela valorização da carreira, com fortalecimento da Receita Estadual e reposição do quadro de auditores fiscais. “Não buscamos somente aumento na remuneração, mas políticas permanentes de formação e a recomposição dos quadros com recrutamento. Observamos que entregamos nosso trabalho, mas nossa remuneração é incompatível. É a remuneração mais baixa do país”, ressalta Silva.

O teto salarial da categoria é outro aspecto destacado pelo gerente da Sefaz. “Não é possível ficar mais de 10 anos sem ter qualquer tipo de reajuste. E o governo também não faz a ‘revisão geral anual’ prevista na Constituição. Essa situação é insustentável”, avalia.

Adson Thiago Oliveira Silva, da Sub-Gerência Tributária da Sefaz, realça ainda a necessidade de isonomia entre os poderes. “A Constituição estabelece que os poderes são harmônicos e é inadmissível convivermos com tantas diferenças.

O PAPEL DO AUDITOR

A Receita Estadual é um órgão que faz parte da estrutura da Secretaria da Fazenda, que é responsável pelo recolhimento dos tributos devidos ao governo estadual. Há diferentes áreas de atuação para um auditor fiscal da Receita Estadual, que pode trabalhar na fiscalização direta dos estabelecimentos empresariais, na malha fiscal, na auditoria, e também na área-meio, que é a parte mais logística, como o segmento de normas e orientações técnicas, que conta com vários projetos de implantações de padronizações dentro da Receita.

O auditor fiscal é o profissional que faz o elo entre o aproveitamento da riqueza socialmente produzida e a concretização dos benefícios e melhorias sociais por parte do Estado. Sem o trabalho do auditor fiscal, não é possível captar os recursos necessários à implementação das políticas públicas, e a sociedade civil, por sua vez, fica privada dos direitos sociais fundamentais que a ordem jurídica lhe confere.

A atividade do auditor fiscal do Espírito Santo nem sempre foi desenvolvida com a tranquilidade e modernidade de hoje. Houve tempo em que ele expunha a própria vida a risco no cumprimento da função de arrecadar. O fiscal, como é mais comumente denominado, precisava ocupar postos fiscais em lugares remotos, onde a segurança dos valores coletados dependia apenas de sua própria vigilância. Essa situação se modificou com a modernização da administração da Receita Estadual, que aboliu a arcaica forma de fiscalizar por meio dos postos fiscais. Hoje em dia, os auditores fiscais contam com o auxílio da tecnologia para fazer seu trabalho. No entanto, nem mesmo o uso dos mais modernos programas de computador substituiu o trabalho do auditor.



“O auditor fiscal é um profissional indispensável ao funcionamento do Estado”

Zenaide Maria Tomazelli,
presidente do Sindifiscal-ES

Legislativo, Ministério Público, Judiciário, Executivo, todos devem ter igual tratamento e deve-se levar em conta a contribuição que cada um tem dado ao Estado”, aponta.

O artigo da presidente do Sindifiscal conclui enfatizando que “os auditores fiscais da Receita Estadual reafirmam seu compromisso com a sociedade de zelar pela justiça fiscal e de continuar a captar os recursos necessários à implementação das políticas públicas pelo Estado, sem as quais a sociedade fica privada dos direitos sociais fundamentais, essenciais à construção de uma sociedade que privilegia a dignidade humana como o mais fundamental de seus substratos. E clamam pelo reconhecimento destes profissionais pelo Governo do Estado do Espírito Santo, e por soluções para os graves problemas da administração fazendária, principalmente quanto à caótica falta de pessoal.”

Em assembleia realizada em 1º de junho, a categoria optou por paralisar os trabalhos por trinta dias, contados a partir de 8 de junho, sendo este um caminho legítimo face ao descado do governo estadual. Porém, por considerar o Fisco primordial à sociedade, a Justiça suspendeu o movimento e os trabalhos retornaram no dia 14. Ainda em junho (20), foi protocolizado no Sistema Eletrônico de Protocolo (SEP) da Secretaria de Estado da Fazenda pedidos de exonerações dos ocupantes de cargos comissionado no âmbito da Receita Estadual e renúncias de mandatos dos membros das Turmas de Julgamento de 1ª e 2ª instâncias. Este fato foi inédito e de grande impacto na governança e na economia do Estado.

A categoria continuará na defesa dos direitos do Fisco Capixaba, lutando pelo fortalecimento da Receita Estadual e buscando a valorização do tributo como garantia dos direitos sociais essenciais à construção de uma sociedade que privilegia a dignidade humana e o bem-estar social. ■

Desafios do federalismo fiscal brasileiro

O federalismo é um modelo de organização de Estado. Trata-se de uma complexa engenharia constitucional de articulação de duas ordens de tendências contraditórias: uma que tende à unidade e centralização; outra, por sua vez, à diversidade e à distribuição espacial do poder político.

Na história brasileira, o federalismo encontra-se na ordem do dia do debate político, jurídico e econômico desde a inauguração de nossa República (1889). Com movimentos antagônicos, seja por uma maior centralização do poder, seja por sua descentralização, o fato é que as contradições instaladas em nossa federação têm se acentuado ao longo do tempo, pela ausência de uma estratégia de desenvolvimento regional conduzida pelo Governo Federal.

Quando partimos para a análise das questões fiscais inerentes à nossa fórmula federativa de Estado, verificamos que essa realidade revela-se de modo ainda mais preocupante, considerando que a federação brasileira tem sido palco dos mais variados conflitos, e cuja face mais conhecida é a escalada da guerra fiscal entre estados e municípios.

Ademais, esse desarranjo funcional na federação tem produzido uma situação insustentável nas finanças do setor público brasileiro. Tal circunstância não tem permitido o equilíbrio intertemporal das contas públicas, tornando difícil, senão impossível, a retomada do crescimento econômico em base sustentável.

Somando-se a isso, verificamos que o federalismo fiscal brasileiro é um

caso único de alta rigidez normativa. A aplicação de regras simétricas de transferências intergovernamentais, assim como na alocação dos recursos em áreas predeterminadas, tem se constituído em um grande desafio à gestão pública. Vejamos a situação dos municípios: grandes metrópoles e pequenos centros urbanos são instados a se submeter às mesmas regras, por exemplo, no tocante à saúde e educação, quando, na verdade, são colocados diante de problemas e desafios que demandam soluções diferentes.

Outro ingrediente que precisa ser considerado nesse processo são as transformações em curso na ordem política e econômica mundial, com exigências domésticas por sustentação da disciplina fiscal. Segundo estudos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a globalização da economia tem reclamado, também, a harmonização de regras de tributação, o que acaba por abalar um dos pilares em que se assenta o federalismo fiscal brasileiro, a outorga de competências exclusivas para cada ente federado, e, por consequência, a fragmentação das bases tributárias.

Apesar dessas exigências, infelizmente temos constatado que as últimas propostas de reforma fiscal evitam enfrentar e discutir questões estruturais correlacionadas ao nosso federalismo. Essa atitude mostra-se incompatível com os desafios de uma nação que precisa eliminar os seus antagonismos federativos, na busca por se consolidar como uma liderança mundial para a qual é vocacionada.

“Ademais, esse desarranjo funcional na federação tem produzido uma situação insustentável nas finanças do setor público brasileiro”



ADSON THIAGO OLIVEIRA SILVA

é economista e auditor fiscal da Receita Estadual do Espírito Santo.

ENTREVISTA

PERFIL

- Auditora aposentada da Receita Federal;
- Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Pública desde 2001;
- Foi membro da Comissão para a Auditoria Integral Equatoriana (2007-2008);
- Integrou a Comissão Internacional instituída pelo Parlamento da Grécia para auditoria da dívida daquele país (2015).

MARIA LÚCIA FATTORELLI

“Estamos pagando uma conta que não é nossa”

Uma conta que não para de crescer. E já compromete metade do orçamento brasileiro. De quebra, impede o investimento em melhorias sociais e ameaça até a manutenção de direitos trabalhistas e previdenciários, sob o discurso da necessidade de um ajuste fiscal. Trata-se da dívida pública brasileira, que vem se multiplicando ao longo dos anos, para deleite do sistema financeiro, à custa do sacrifício dos cidadãos. “De janeiro a dezembro de 2015, a dívida interna federal cresceu R\$ 732 bilhões! Atingiu o maior valor da História: R\$ 3,94 trilhões. E ainda há US\$ 545 bilhões (equivalente a R\$ 1,8 trilhão) de dívida externa. Esse valor tem

servido de justificativa para as contrarreformas que destroem direitos sociais e trabalhistas; as privatizações de empresas estratégicas e estruturas de Estado, e a contínua entrega de matérias-primas”, aponta Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal aposentada e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, movimento que defende uma maior transparência dos valores da dívida pública brasileira.

Em meio a palestras e seminários realizados em vários estados brasileiros para tratar dessa questão, Maria Lúcia concedeu entrevista à Essencial, na qual aborda esse problema, que se tornou um peso enorme para o país.

O QUE É A DÍVIDA PÚBLICA?

MARIA Lúcia FATTORELLI - Teoricamente, a dívida pública abrange empréstimos contraídos pelo Estado junto a instituições financeiras públicas ou privadas (bancos), no mercado financeiro interno ou externo, bem como junto a empresas, organismos nacionais e internacionais, pessoas ou outros governos. A dedicação, por tantos anos, às investigações relacionadas à dívida pública no Brasil e em outros países nos permitiu identificar a existência de um “sistema da dívida”, isto é, a utilização do endividamento público às avessas, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, o processo de endividamento tem funcionado como um instrumento que promove uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro privado. É por isso que é tão importante realizar a auditoria dessas dívidas, a fim de segregar o que é dívida legítima e ilegítima.

ESSA REALIDADE TAMBÉM É VERIFICADA NOS ESTADOS?

Em âmbito estadual, o sistema da dívida é flagrante. Quando do refinanciamento das chamadas dívidas dos estados, no final da década de 1990, passivos dos bancos estaduais, sem qualquer transparência, foram transformados em “dívida pública” do estado. No caso do Espírito Santo, uma dívida de R\$ 387,3 milhões saltou para R\$ 647,7 milhões, devido ao passivo de R\$ 260,36 milhões do Banestes,

que foi transformado em dívida pública do estado, conforme dados oficiais fornecidos pelo Ministério da Fazenda. Apesar do pagamento rigoroso, mensal, e do cumprimento do acordo de refinanciamento com a União, essa dívida junto ao Tesouro Nacional alcançou R\$ 2,1 bilhões em março de 2016, conforme dados oficiais disponíveis na página do Banco Central. Isso se deve à incidência de condições abusivas de juros e encargos pela União, o que tem sido objeto de questionamento junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) por diversos entes federados. É urgente uma auditoria para que o povo – que, ao final, arca com o pagamento dessa dívida, – saiba, minimamente, que dívida é essa: o que o Estado efetivamente recebeu, quanto já pagou e o que ainda deve.

QUAL É O GASTO ANUAL DO BRASIL COM O PAGAMENTO DESSA DÍVIDA? PARA ONDE VAI ESSE DINHEIRO?

Todo ano, quase a metade do orçamento federal se destina ao pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública, que tem crescido de forma galopante, devido às elevadíssimas taxas de juros e aos mecanismos que geram centenas de bilhões (de reais) em novas dívidas. Apesar dessa imensa destinação de recursos para a dívida, de janeiro a dezembro de 2015 a dívida interna federal cresceu R\$ 732 bilhões! E para onde foi essa montanha de recursos? O setor financeiro é o mais beneficiado com esse esquema.

QUE LIGAÇÃO PODE SER FEITA ENTRE A DÍVIDA PÚBLICA E A CRISE ECONÔMICA VIVIDA PELO BRASIL HOJE?

O peso dos juros abusivos e dos mecanismos financeiros que geram dívida pública – swap cambial e operações compromissadas, entre outros – tem exigido grande volume de recursos para o seu pagamento, sacrificando o funcionamento de toda a economia. Temos atualmente a maior dívida da



“Todo ano, quase a metade do orçamento federal se destina ao pagamento de juros e amortizações da chamada dívida pública”

nossa História. São R\$ 3,94 trilhões de dívida interna e US\$ 545 bilhões de dívida externa, até dezembro de 2015, conforme dados divulgados pelo Banco Central. Os dados mais alarmantes, contudo, são os juros incidentes sobre tais dívidas, pois o Brasil pratica taxas elevadíssimas. A dívida tem servido de justificativa para as contrarreformas que destroem direitos sociais e trabalhistas; as privatizações de empresas estratégicas e estruturas de Estado, e a contínua entrega de matérias-primas por preços ditados pelas bolsas de Chicago e de Londres.

O PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA, EM 2005, FOI VISTO A PRINCÍPIO COMO UMA VITÓRIA DA SOBERANIA BRASILEIRA. MAS POR QUE ESSE PROBLEMA NÃO SE RESOLVEU DE FATO?

Há uma grande ilusão em relação ao pagamento antecipado da parcela da dívida externa em 2005. O FMI (Fundo Monetário Internacional) era apenas um dos credores externos e aquele pagamento antecipado foi lesivo ao país. Tornar-se independente do FMI teria sido importante para o país poder decidir soberanamente seus próprios rumos. No entanto, não foi isso o que ocorreu. Quando foi feito o pagamento antecipado ao FMI, o Ministério da Fazenda publicou carta em sua página na internet atestando que, apesar da quitação da dívida para com o Fundo, o Brasil continuaria vinculado aos compromissos com aquela instituição.

ENTÃO NÃO HAVIA MOTIVO PARA TANTA COMEMORAÇÃO?

Financeiramente, essa operação não foi benéfica ao país e custou caro para o bolso dos brasileiros. Para pagar a dívida de US\$ 15,5 bilhões ao FMI, o Brasil utilizou dólares de reservas internacionais que haviam sido constituídas às custas de emissão de títulos da dívida interna. Os juros da dívida com o FMI eram de 4% ao ano, enquanto os juros dos títulos da dívida na época eram de cerca de 19% ao ano. Assim, a dívida apenas mudou de mãos e ficou muito mais cara: deixamos de dever ao FMI para dever aos bancos que compram os títulos da dívida interna, e a um custo maior. Além disso, o dólar vinha desvalorizando fortemente na época. Se não tivéssemos antecipado o pagamento para 2005, mas aguardado o seu vencimento em 2007, teríamos desembolsado uma quantia bem menor, em reais, para quitar aquela dívida.

Em resumo, na realidade a dívida não acabou, mas aumentou e mudou de lugar. Aquela pequena parte da dívida que era externa passou a ser interna, com a diferença de que os juros passaram da casa dos 4% para a casa dos 19%.

“O verdadeiro ajuste deveria ser feito no pagamento dos juros mais elevados do mundo, pagos sobre uma dívida repleta de ilegalidades, ilegitimidades e até suspeitas de fraudes”

NUM CENÁRIO DE CRISE, O GOVERNO ANUNCIA MEDIDAS DE AUSTERIDADE QUE AFETAM MUITO MAIS OS INVESTIMENTOS SOCIAIS DO QUE O PAGAMENTO DESSA DÍVIDA. POR QUÊ?

A política de “ajuste fiscal” ou “austeridade” se encaixa perfeitamente no funcionamento do sistema da dívida. O ajuste fiscal é obtido mediante o corte de gastos e investimentos públicos (em infraestrutura, educação, saúde e segurança, etc.); corte de direitos sociais (como a recém-anunciada reforma da Previdência e a retirada de direitos trabalhistas), privatizações de patrimônio público, além de aumento de tributos que recaem sobre os trabalhadores e os mais pobres. Assim, toda a política econômica fica orientada para essas medidas, que visam a gerar uma sobra de recursos – o superávit primário – que se destina ao pagamento de juros da dívida pública brasileira. Isso afeta diretamente a vida de cada brasileiro e brasileira, além de amarrar o funcionamento do país.

O QUE DEVERIA SER FEITO, NA REALIDADE?

O verdadeiro ajuste deveria ser feito no pagamento dos juros mais elevados do mundo, pagos sobre uma dívida repleta de ilegalidades, ilegitimidades e até suspeitas de fraudes. Por isso é tão importante lutar pela auditoria dessa dívida e mudar o rumo da política econômica, para garantir vida digna para todas as pessoas.

QUE GANHOS A AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA PODE TRAZER PARA O PAÍS?

A auditoria é a ferramenta que permite conhecer e documentar a real natureza da chamada dívida pública. Os resultados da auditoria são expressos em um relatório que serve de instrumento para ações concretas em todos os campos: popular e

social, parlamentar, jurídico, entre outros da esfera política. A auditoria é indispensável para tornar transparente a razoabilidade ou não dos números apresentados; quais foram os mecanismos e as operações que geraram dívidas desde a sua origem; quem se beneficiou dos recursos; em que estes foram aplicados; verificar se foram cumpridas as normas legais e administrativas existentes; quais os impactos sociais, ambientais, etc. Os ganhos decorrentes de uma auditoria serão imensos. Além da conscientização geral sobre o tema, poderão ser corrigidos diversos erros, revistas ilegalidades e até fraudes. É inconcebível não termos a mínima transparência em relação ao maior gasto público, que é o gasto com a dívida.

A SENHORA DEFENDE QUE ESSA AUDITORIA SEJA CIDADÃ. COMO ISSO DEVE OCORRER?

A auditoria pode ser feita a partir do Poder Executivo (como ocorreu no Equador), do Legislativo (como na Grécia) ou do Judiciário (como ocorreu na Argentina), mas o ideal, em qualquer caso, é que haja participação da cidadania. Auditoria é uma investigação baseada em documentos e dados. A auditoria vai procurar contratos, registros contábeis e estatísticos, além de atos legais e outros documentos relacionados ao processo de cada dívida contraída pelo setor público (governos federal, estadual, municipal, Banco Central e empresas públicas). A participação cidadã é fundamental para garantir a transparência do processo.



COMO FOI A SUA PARTICIPAÇÃO NA AUDITORIA DA DÍVIDA DA GRÉCIA?

A participação na auditoria da dívida da Grécia foi uma prova intensa, difícil e extremamente rica. Uma oportunidade para colocar à disposição do povo grego a nossa experiência de auditoria cidadã. Os trabalhos da Comissão de Auditoria da Dívida convocada pelo Parlamento helênico comprovaram que a Europa permitiu a entrada do FMI quando os bancos ficaram ameaçados de quebra em 2008, e o resultado tem sido um desastre. Diversas medidas foram tomadas para o salvamento dos bancos às custas de planos de austeridade que não só impedem o desenvolvimento socioeconômico, como destroem conquistas sociais históricas. Tais medidas se comprovaram desastrosas. O PIB encolheu 25%, de 2010 a 2015. Centenas de famílias estão com todos os membros desempregados. A precariedade dos empregos obtidos por grande parte da população é impressionante. E estamos falando de pessoas graduadas e até com mestrado e doutorado. Mais 110 mil pessoas deixaram o país, devido à falta de emprego. Diversos serviços de saúde e educação foram eliminados e está ocorrendo privatização em massa de todo o patrimônio público. Degradação social, com famílias vivendo do lixo; miséria, e mais de cinco mil suicídios registrados na conta da crise desde 2010; um drama social muito triste. E tudo para salvar bancos.

O QUE ESSA EXPERIÊNCIA GREGA, AO LIDAR COM A DÍVIDA PÚBLICA, PODE ENSINAR PARA O BRASIL?

A Grécia não aproveitou os resultados da auditoria, apesar das impressionantes revelações e a despeito do fabuloso NÃO dado pelo povo grego naquele histórico referendo de 5 de julho. Aléxis Tsípras (primeiro-ministro grego) optou por seguir as exigências do FMI e dos bancos privados nacionais e internacionais. Com isso, está aprofundando ainda mais a grave situação daquele povo já tão sofrido. O Brasil também tem sido subserviente ao FMI há décadas. É urgente ampliar a participação das pessoas nos núcleos da Auditoria Cidadã da Dívida e popularizar o conhecimento sobre o sistema da dívida e os perversos mecanismos que alimentam esse processo. Estamos pagando uma conta que não é nossa, condenando a imensa maioria da população brasileira a um padrão de vida infinitamente aquém das verdadeiras possibilidades, considerando a realidade de abundância e riqueza do nosso belo país. ■



Fenafisco promove workshop antisonegação

Os efeitos negativos da sonegação fiscal no Brasil e como ela afeta diretamente o Estado foram algumas das temáticas tratadas no II Workshop: Pacote Antisonegação, organizado pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), com o apoio da Afresp e do Sinafresp, que aconteceu em 5 de maio.

O presidente da Ordem dos Economistas do Brasil, professor Manuel Enriquez Garcia, e o deputado estadual Orlando Bolçone participaram de palestras. Manuel foi categórico, afirmando que sonegação é crime. “É algo que pessoas físicas ou jurídicas fazem de maneira egoísta. Contribui para o mal-estar dos demais membros da sociedade. Além disso, é um problema cultural”. Para ele, o país precisa se aparelhar ainda mais para evitar que esse problema se perpetue. Ele afirmou que, mesmo hoje, com os controles e a tecnologia disponíveis, é virtualmente impossível alguém do Brasil enviar dinheiro para fora do país

sem que a Receita Federal saiba. “Mas há os paraísos fiscais que, quando surgiram, evitavam a taxaço sobre as heranças ou os bens de pessoas físicas, que eram registrados em nome de empresas offshore”.

O professor revelou um dado alarmante: estima-se que entre 10% e 14% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro se perde na sonegação de tributos – o que equivale a R\$ 600 bilhões de reais. “O bolo tributário está diminuindo, boa parte por conta dos vultosos montantes da sonegação”.

Orlando Bolçone falou que a sonegação é um crime de lesa-pátria. “Ele retira recursos que serão utilizados pela sociedade. Por isso que o nosso trabalho se torna mais importante, para trazer mais recursos para o Estado”. A Educação Fiscal, para Bolçone, deve ser levada adiante, para vários lugares, como escolas e organizações culturais, para que as pessoas comecem a discutir naturalmente o assunto tributo.

Semana de Contabilidade conta com participação de auditores fiscais

A Semana de Contabilidade da Faculdade Pio XII, em Campo Grande, Cariacica, realizada entre os dias 25 e 29 de abril, recebeu nomes importantes para tratar sobre diversos assuntos do segmento. Entre eles, presença do procurador Adriano Rabelo e dos professores Jocelino Demuner, Raphael Maleque, Marcelo Mendonça e Leonardo Nunes. Os especialistas falaram sobre o tema “Planejamento Tributário – Aspectos Polêmicos”. Durante o evento, o FiscoForte promoveu a iniciativa “Auditores Autores”. Angela Silva Jardim, Luiz Cláudio Nogueira de Souza, Rogério Zanon da Silveira, Marcos Tavares e João Antonio Nunes da Silva ofereceram exemplares de seus livros para exposição e sorteio durante o encontro.

SOL AUMENTA EXPECTATIVA DE VIDA

Pessoas que não tomam sol têm a mesma expectativa de vida de pessoas que fumam. É o que aponta uma pesquisa publicada na revista científica *Journal of Internal Medicine*, realizada com 30 mil mulheres, por cerca de 20 anos. Quando comparado a alguém que se expõe mais ao sol, a expectativa de vida de quem não toma muito sol pode diminuir em até 25 meses. Já as mulheres que tomam mais sol têm menos riscos de sofrer problemas cardiovasculares e doenças crônicas, como diabetes e esclerose múltipla.



USAR FIO DENTAL É INDISPENSÁVEL

Lançar mão do fio dental é fundamental para se ter dentes e gengivas sempre saudáveis. O fio dental elimina a placa, que é a substância com germes que se forma na junção dos dentes com as gengivas e pode causar doenças sérias. Suas gengivas podem sangrar durante a primeira semana, mas isso passará assim que a camada de placa tenha sido rompida e as bactérias, removidas. Se o sangramento persistir, procure o seu dentista.



CONFIRA SEIS RAZÕES PARA SE EXERCITAR

A prática regular de exercícios físicos traz um conjunto de vantagens para o corpo. Para começar, 30 minutos de caminhada ou de corrida ajudam a evitar doenças como diabetes, osteoporose, cardiopatias e obesidade. O combate ao sedentarismo também ajuda a melhorar o humor, reduz a possibilidade de desenvolver depressão, ajuda a emagrecer e amplia a capacidade pulmonar. Portanto, mãos à obra!



BEIJAR FAZ BEM À SAÚDE

Quem não gosta de beijar? Pois além de gostoso, o beijo é um exercício importante, movimentando 29 músculos, sendo 17 só da língua. Inclusive, alguns médicos garantem que esse trabalho muscular pode ajudar a manter o rosto jovem por mais tempo e melhorar a sustentabilidade da pele. Para finalizar, beijos queimam de duas a seis calorias por minuto. Com certeza uma série de repetições desse “exercício” agrada a muita gente.

PREPARE-SE PARA CORRER!

TÊNIS



O tênis, normalmente, é o primeiro equipamento que vem à mente de alguém quando se fala em correr. A escolha do modelo certo é muito importante. Mais do que ser visualmente bonito, ele deve, prioritariamente, oferecer conforto e um bom sistema de amortecimento de impacto. Diversas marcas no mercado oferecem modelos com uma boa performance para caminhadas ou corridas.

CAMISA



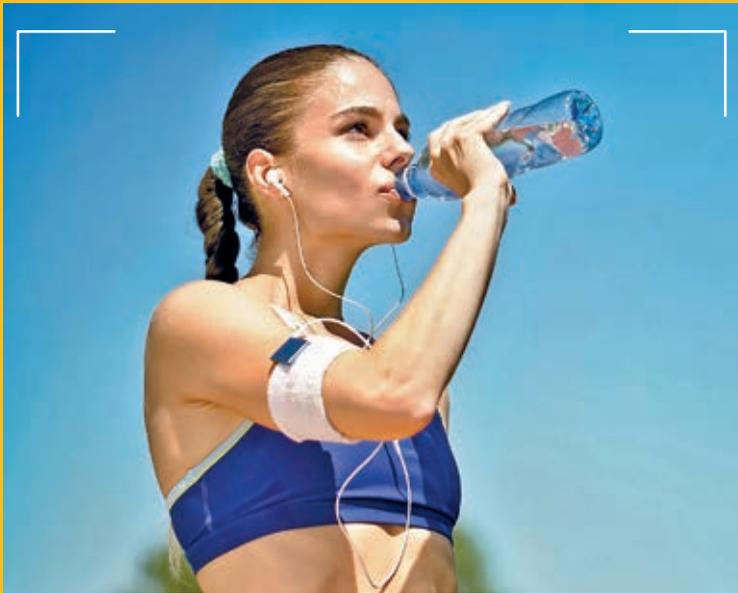
A vestimenta para quem quer correr deve ser leve e facilitar os movimentos. Use de preferência camisetas regatas ou de mangas curtas, feitas de material que não retenha o suor. No mercado brasileiro é possível encontrar camisetas tecnológicas, feitas de tecidos sintéticos, como o poliéster e a poliamida. Essa última é a melhor opção para absorver o suor.

SHORT



Os shorts próprios para corrida estão divididos em dois tipos: os comuns, com tecido próprio (dry fit) para facilitar a transpiração, e os de compressão, que além de facilitar a transpiração, têm um caimento mais justo e que ajuda na circulação sanguínea, reduzindo os impactos na musculatura.

Mais modernos, os shorts de compressão podem resultar em um aumento da performance do atleta, além de favorecer os movimentos.



USE E ABUSE DA ÁGUA

Vital para o transporte de nutrientes para as células, assim como para regular a temperatura corporal e os processos fisiológicos de digestão, absorção e excreção, a água deve estar sempre à mão durante o dia, e principalmente durante os exercícios. Beba entre 350 a 450ml de água 4 horas antes de fazer atividade física; entre 100 ml e 200 ml a cada 20 minutos durante o exercício, e cerca de 1,5 litro de água para cada quilo perdido após uma competição.



COMA BEM E VIVA MELHOR

Mais do que auxiliar na busca por uma boa forma, uma alimentação balanceada significa saúde para o corpo. A dieta normalmente deve incluir proteínas (carnes magras), carboidratos (macarrão e pão), cereais integrais (arroz, aveia e trigo), leguminosas (ervilha e feijão), frutas, vegetais em geral, hortaliças e pequenas quantidades de alimentos ricos em gordura e açúcar. Uma boa alimentação serve para combater acnes, anemia e câimbras, além de ajudar a manter adequados os níveis de colesterol e de glicose.

GESTÃO

APOSENTADORIA TRANQUILA COMEÇA CEDO

Para garantir um futuro favorável é preciso planejar com antecipação, escolher bem os investimentos e se preparar psicologicamente

Num dos versos da canção “Engenho de Dentro”, Jorge Ben Jor afirma que “prudência, dinheiro no bolso e canja de galinha não fazem mal a ninguém”. E isso é verdade! Segundo especialistas, é necessário ser criterioso em relação aos gastos e poupar desde cedo para conquistar uma aposentadoria tranquila.

Porém, um dos maiores desafios do planejamento financeiro é cumprir com as obrigações e viver o presente, realizar sonhos a curto prazo e, mesmo assim, poupar para a aposentadoria. Ainda que seja importante estabelecer uma estratégia de investimento desde o início da vida profissional, essa não é uma tarefa fácil.

Para o diretor de aposentados e pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e auditor-fiscal da Receita Estadual do RS, Celso Malhani de Souza, é indispensável considerar eventuais perdas financeiras, por ocasião da aposentação. “A preparação para a aposentadoria passa pela adequação da gestão financeira pessoal ao novo perfil de renda, principalmente se na época da aposentadoria a pessoa ainda tiver muitos encargos familiares fixos. Mas após eliminar parte dos compromissos pessoais contínuos e fazer uma pequena reserva, garantindo uma sobra mensal

“Este é um bom momento para fazer novos projetos de vida, renovando as expectativas e dando novo sentido a ela”

Ana Graziela dos Reis Pereira,
psicóloga

para poupar, o trabalhador estaria financeiramente preparado”, disse.

Celso explica que se o funcionário guardar mensalmente 20% de sua renda líquida anual, a partir do segundo ano da aposentadoria poderá, por exemplo, fazer uma viagem anual, de acordo com seu padrão de renda, sem criar novos endividamentos. “O fato é que não existe a receita padrão. Considero importante evitar o sofrimento psicológico por conta de endividamentos resultantes de descontrole de gastos causados por empolgação”.

Em geral, os brasileiros esquecem que vão envelhecer e não têm o costume de poupar. Segundo o diretor da Fenafisco, considerando o caso do

DICAS PARA PLANEJAR A APOSENTADORIA

O contador Saulo Ferreira da Silva ensina algumas regrinhas para quem deseja se organizar. Confira:

1. Defina o seu objetivo e estabeleça prazo

A primeira etapa de qualquer planejamento financeiro é definir aonde você quer chegar. No caso da sua aposentadoria, não poderia ser diferente. O prazo também deve ser levado em conta.



2. Seja disciplinado e persista

Definido o seu objetivo e o prazo para realizá-lo, siga seu planejamento com disciplina e persistência, mesmo diante das dificuldades. Quanto maior o prazo para acumular recursos, melhor o resultado final.



3. Defina com quais receitas poderá contar

Contar apenas com a previdência social para se sustentar na aposentadoria é uma estratégia extremamente arriscada. Em geral, recomenda-se assumir que a previdência irá responder por, no máximo, 20% da sua renda na aposentadoria. É preciso optar também por uma previdência ou renda complementar.



4. Comece o quanto antes

Quanto mais cedo começar, maior será o período de acumulação, exigindo menos esforço e garantindo melhores resultados. Para quem tem dificuldade em estabelecer uma estratégia de poupança, o ideal é pensar em alguma forma de investimento automático. Uma boa opção são os planos de previdência, sobretudo os corporativos, pois trabalham com o conceito de contribuições mensais. Além disso, o investidor se beneficia de alíquotas decrescentes quanto maior o prazo de investimento.



“A preparação para a aposentadoria passa pela adequação da gestão financeira pessoal ao novo perfil de renda”

Celso Malhani de Souza, diretor de aposentados e pensionistas da Fenafisco

país, é preciso lembrar que a maioria tem média salarial insuficiente para uma vida medianamente digna e confortável, o que dificulta uma poupança. “Eles consomem toda a sua renda para sobreviver o melhor possível enquanto trabalham. Quando param, via de regra, disponibilizam parte relevante de seu salário para auxiliar na subsistência da família. Nos casos de melhor remuneração, seria possível, e aconselhável, poupar, em especial para períodos de maior fragilidade, em que a pessoa acaba reduzindo relevantemente a capacidade laboral e aumentando a demanda por gastos. Somente por meio de um processo de readequação cultural dos hábitos de gastos e prevenção é que vamos chegar a um ponto razoável de conduta para qualificar o período de aposentadoria. Isto já está acontecendo, com a busca por poupança e previdência privada”, conta.

Ele alerta que essa mudança de conduta deve ser de toda a família. “Muitas vezes o aposentado que tem uma condição financeira razoável acaba atraindo para si o custeio de relevante parte dos encargos da família ‘para ajudar’ ou, inconscientemente, como meio de tornar-se mais importante ou atraente aos entes queridos. É um grande erro agir assim, pois disfarça a real situação financeira. As despesas, encargos e investimentos, até mesmo em lazer, devem ser divididos entre todos os familiares economicamente ativos, até mesmo para que conheçam a realidade econômica da família”.

Investimentos

O diretor de aposentados e pensionistas da Fenafisco explica que a escolha pelo investimento deve ser feita de acordo com o perfil da pessoa. “A chave é essa. Há indivíduos que acompanham o crescimento da aplicação e há os que não fazem



isso. Se ele não ‘toma conta’, o negócio é terceirizar a gestão de seus investimentos para previdência privada e rezar para dar tudo certo. O fato de ter baixa liquidez durante a formação da reserva e alguma economia fiscal pode ser configurado como vantagem”.

Além de se organizar financeiramente, é preciso um preparo psicológico. Segundo a psicóloga Ana Graziela dos Reis Pereira, a valorização do trabalho ainda é feita de forma unilateral. “Enquanto está produzindo, a pessoa é útil. Depois disso, não mais. É como se toda a experiência vivida perdesse o valor. Assim, ela precisa se preparar para o momento em que irá encerrar um ciclo de sua vida. Este é um bom momento para fazer novos projetos de vida, renovando as expectativas e dando novo sentido a ela, tendo em vista que, em geral, as mudanças são difíceis, pois envolvem abrir mão de hábitos. É dar espaço ao novo, é viver colocando em prática a experiência adquirida. É cuidar do corpo, da mente e também da alma, de forma tranquila e equilibrada”.

O aposentado Almir Gomes, 65 anos, é um exemplo de quem escolheu não parar. Ele conta que continuar trabalhando foi a forma de manter seu tempo preenchido, além de garantir uma nova renda. “Me aposentei muito novo, aos 51 anos. Não via motivos para parar, pelo contrário. Comecei a enviar currículos para várias empresas, e quando menos esperava, fui chamado e não pensei duas vezes. Há 14 anos estou aposentado, mas na ativa ainda”, comemora. ■

Um tesouro precisando ser oxigenado

Com recursos cada vez mais escassos e sem condições de cumprir com os compromissos financeiros, o planejamento orçamentário dos municípios avança vorazmente sobre os recursos destinados a investimentos.

Promover a redução do custeio quase sempre esbarra na ausência ou ineficiência dos controles, e caminha para a redução das ações governamentais, que chegaram ao seu limite, não sendo mais possível reduzi-las. Faltam recursos para bancar os serviços básicos à população.

É preciso avançar, agora, nas ações de melhoria da arrecadação própria, e tornar eficiente o sistema arrecadatório, sem criar nem aumentar as alíquotas dos tributos. A começar pelos cadastros municipais, o mais importante “tesouro” que, atualizado e compartilhado, torna-se um excelente meio para obtenção de informações precisas sobre vias públicas ou privadas, urbanas ou rurais, limites de bairros, distritos e regiões, com todos os imóveis (lotes, unidades imobiliárias ou propriedades rurais) devidamente numerados com padrões internacionais de planejamento urbano, com registro preciso de suas coordenadas geográficas, identificação consistente de seus proprietários ou posseiros, cujo custo de investimento pode ser dividido entre os diversos entes, desde empresas a instituições públicas e privadas que tenham interesse nas informações, compartilhando-as sem perder de vista os sigilos pessoal e fiscal dos envolvidos, garantidos pela CF 1988.

Um cadastro com informações precisas é o maior “tesouro” oferecido como ferramenta aos auditores tributários, sejam eles municipais, estaduais ou federais, e precisa, imediata e continuamente, ser “oxigenado”. Atualizar a Planta Genérica de Valores é uma eficiente ação e se traduz em aumento imediato na arrecadação do IPTU e do ITBI. E não fica somente nisso: também daria eficiência ao Estado na cobrança do ITCD, dando celeridade aos processos de inventário, sendo a Justiça mais um dos órgãos beneficiados pela eficiência do cadastro.

Criar e manter o setor de Auditoria Tributária com equipes focadas na fiscalização de ISS dos segmentos mais importantes, adicionado à qualidade das informações cadastrais dos contribuintes e com ações proativas de acompanhamento sistemático dos maiores contribuintes, se traduz em reconhecimento, por parte desses, da eficiência dos meios de fiscalização e controle, evitando a inadimplência e tornando eficazes as ações na busca do crescimento da arrecadação do ISS.

Atualização da base cadastral dos municípios, mesmo que não compartilhada, não é uma “despesa”, e precisa ser reconhecida pelos gestores públicos em geral como “investimento”. Uma das mais importantes ferramentas para alcançar a eficácia nas ações governamentais, que se torna mais eficiente quando compartilhada com os demais setores e entes das administrações tributárias, na forma prevista no Art.º 37, XXII da CF de 1988.

“Um cadastro com informações precisas é o maior “tesouro” oferecido como ferramenta aos auditores tributários, sejam eles municipais, estaduais ou federais, e precisa, imediata e continuamente, ser “oxigenado”



LÚCIO BERILLI MENDES

é auditor fiscal da Receita Estadual do Espírito Santo, com 32 anos de carreira, formado em Ciências Contábeis e Administração na FACCACI. Foi secretário de Fazenda do município de Cachoeiro de Itapemirim no período de 2009 a 2013 e hoje ocupa o cargo de subgerente fiscal da Região Sul.



A AMEAÇA DO PLP 257

Projeto ameaça isonomia dos estados e
coloca dívida na conta dos servidores públicos

O Governo Federal é autor do Projeto de Lei Complementar PLP 257/2016, que pode ser votado a qualquer momento no Plenário da Câmara dos Deputados. A proposta, apresentada no final de março como um “socorro” a estados e municípios e que já tramita em regime de urgência, impõe severas medidas em troca de refinanciamento de dívidas.



O Plano de Auxílio elenca três etapas. Na primeira delas, restringe a ampliação do quadro e propõe o não reajuste de salários e o corte de gastos discricionários, administrativos e de cargos comissionados.

Mas, caso essas medidas não sejam suficientes, o que muito provavelmente irá acontecer, há uma segunda etapa prevista, que aponta para a proibição de aumentos nominais de salários, concessões de novos subsídios e desonerações e mais cortes nos gastos anteriormente mencionados.

E, se ainda assim, o desequilíbrio permanecer, o pacote de medidas prevê uma terceira etapa, que inclui a vedação de reajustes reais no salário mínimo e o corte de 30% nos benefícios dos servidores - alimentação, saúde, transporte e auxílio-creche.

O PLP 257 prevê ainda a repetição de uma experiência de resultado comprovadamente negativo para os servidores públicos, que é o Plano de Desligamento Voluntário. Por meio do PDV, já adotado por funcionários do Banco do Brasil e da

Petrobras em outros momentos da História, os servidores abrem mão de suas carreiras em troca de um pacote de “benefícios” e adiantamentos.

O texto reúne proposições tão prejudiciais aos entes federativos e aos trabalhadores que uniu contra ele funcionários públicos das três esferas de governo, destaca o diretor para Assuntos Técnicos e Comunicação da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Charles Alcântara. “O primeiro absurdo é uma questão de Direito Constitucional, porque essa proposta fere de morte a isonomia de municípios e estados. Como o Governo Federal pode decidir a forma como serão empregados os recursos municipais e estaduais? Se em 2017, por exemplo, o Espírito Santo apresentar necessidade de ampliar o seu quadro na Polícia Militar, o governador não poderá realizar um concurso público?”, questiona.

Alcântara ressaltava ainda que outro problema igualmente grave é jogar a dívida “na conta do

trabalhador”, como se essas medidas fossem resolver o problema, enquanto o aparelhamento correto do Fisco seria suficiente para cobrir o rombo nos cofres públicos.

Para mensurar a argumentação defendida pelos funcionários ligados à Receita Federal, a sonegação no Brasil atingiu R\$ 327 bilhões, de janeiro a agosto de 2015. Isso significa uma perda de receita fiscal que ultrapassa R\$ 500 bilhões por ano.

Os números, apurados pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), são expostos no “sonegômetro”, instalado em frente ao Museu Nacional, na Esplanada dos Ministérios.

“Bastaria o governo investir em instrumentos de combate à sonegação e não seria necessário nenhum ajuste fiscal. Os R\$ 500 bilhões sonegados seriam mais do que suficientes para fechar as contas do governo e o trabalhador não precisaria, mais uma vez, pagar a conta para resolver problemas de caixa do país, resultantes de má administração”, enfatizou Alcântara.

O Sinprofaz aponta ainda que, do total da dívida, de R\$ 1,1 trilhão, registrada até julho de 2015, praticamente dois terços, ou R\$ 723,3 bilhões, estavam concentrados nas grandes empresas e indústrias, que representam menos de 1% do total de companhias registradas no país. “São 13 milhões de empresas e a maior parte da dívida é de apenas 12 mil companhias”, explica o presidente do Sinprofaz, Achilles Frias.

Para o presidente da Fenafisco, o motivo dessa falta de interesse em melhorar a fiscalização é

político. “A maioria dos grandes sonegadores é também quem financia campanhas políticas, principalmente o ‘caixa 2’. E não há autonomia por parte do Fisco, que deveria atuar para o Estado, e não para governos”, detalha.

O presidente do Sinafresp (Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendendas de São Paulo), Alfredo Maranca, questiona a controvérsia entre o aumento de demanda e diminuição de oferta do serviço público. “O PLP 257 representa tudo de errado na política econômica brasileira. Ele cria um desmonte da máquina pública, em função de dívidas que foram contraídas pelos estados para atrair investimentos. Foi usado dinheiro para incentivo financeiro de empresas e esse dinheiro agora precisa ser devolvido com serviços públicos, uma vez que novas indústrias, novos investimentos, aumentam a demanda por serviços, como saneamento e segurança, por exemplo. E diminuir agora o tamanho do serviço público mostra total falência da forma de desenvolvimento planejada até então”, afirma.

Maranca destaca ainda que a redução arbitrária de parcelas salariais dos funcionários públicos para pagamento de juros é ainda mais absurda, por se tratar de dívida que não é devida. “Desde a década de 1980 os estados financiam as exportações do Brasil. O ICMS, como é o único tributo não cumulativo, é o único que consegue ser desonerado

“O PLP 257 representa tudo de errado na política econômica brasileira. Ele cria um desmonte da máquina pública. E diminuir agora o tamanho do serviço público mostra total falência da forma de desenvolvimento planejada até então”

Alfredo Maranca,
presidente do Sinafresp



“Bastaria o governo investir em instrumentos de combate à sonegação e não seria necessário nenhum ajuste fiscal”

Charles Alcântara, Diretor para Assuntos Técnicos e Comunicação da Fenafisco

das exportações. E, desde 1987, não existe nenhum incentivo tributário federal real às exportações. É só estadual. Não faz sentido algum os estados ressarcirem a União de coisas econômicas que são conjuntas. Não faz sentido algum”, reforça o presidente do Sinafresp.

Pelo projeto, os estados terão também que instituir a previdência complementar (fundos de pensão) na modalidade “contribuição definida”, ou seja, aquela em que o servidor sabe com quanto contribui, mas não sabe quanto vai receber, pois os recursos serão aplicados no mercado financeiro.

Entre os parlamentares que se colocaram contra o PLP 257 está o deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), que tem denunciado o retrocesso que representa o projeto. “É a destruição da economia dos trabalhadores e dos direitos dos trabalhadores do serviço público, em particular”, afirmou na tribuna da Câmara Federal.

O parlamentar exemplifica alguns dos problemas da proposta do governo. “Até a Defensoria Pública da União e dos estados terá redução real de recursos. Portanto, os pobres, que para terem assistência jurídica precisam dos defensores públicos, terão negado o direito ao acompanhamento jurídico. Os policiais militares terão que se aposentar não mais aos 30 anos de serviço, mas agora aos 35 anos; e a contribuição previdenciária passará a 14% para toda a categoria”.

Os estados já pagaram várias vezes a mesma dívida, mas, devido à aplicação de juros sobre juros e diversas outras ilegalidades, tais débitos se multiplicaram.

Em outras palavras, a suposta solução do governo se mostra como se a folha de pagamento dos servidores tivesse causado a crise atual e, certamente, não é necessário ser um grande especialista em finanças públicas para entender que não será essa a forma de resolver a crise brasileira.



Mobilização

Servidores de todo o país estão se mobilizando contra o PLP 257, por meio de suas entidades representativas. No dia 12 de abril, representantes da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e demais entidades sindicais que representam servidores se reuniram com o então ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Ricardo Berzoini, que, à época, prometeu que o governo iria excluir o projeto do regime de urgência para debate e negociação dos pontos que atingem o funcionalismo. Mas, com o afastamento da presidente Dilma Rousseff e a entrada do novo governo, ainda não há um posicionamento sobre o compromisso assumido anteriormente.

Além do empenho dos servidores públicos em retirar o regime de urgência do projeto, a fim de evitar que a pauta do Plenário seja trancada e se aprove a proposta a “toque de caixa”, a luta está concentrada ainda em derrubar as emendas que ferem a isonomia dos entes federais e prejudicam trabalhadores.

Por iniciativa do deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), foram apresentadas 30 emendas ao PLP 257, propostas pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco). Entre elas, a que solicita a supressão da exigência que os estados e o distrito federal sancionem e publiquem leis que, durante os 24 meses seguintes, impeçam a concessão de “vantagem, aumento, reajustes ou adequação de remunerações a qualquer título, ressalvadas as decorrentes de atos derivados de sentença judicial e a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal”. ■



PEDRA AZUL: O PARAÍSO É AQUI

Destino obrigatório no Estado, Pedra Azul é ideal para quem curte aquele friozinho, boa comida, diversão e descanso

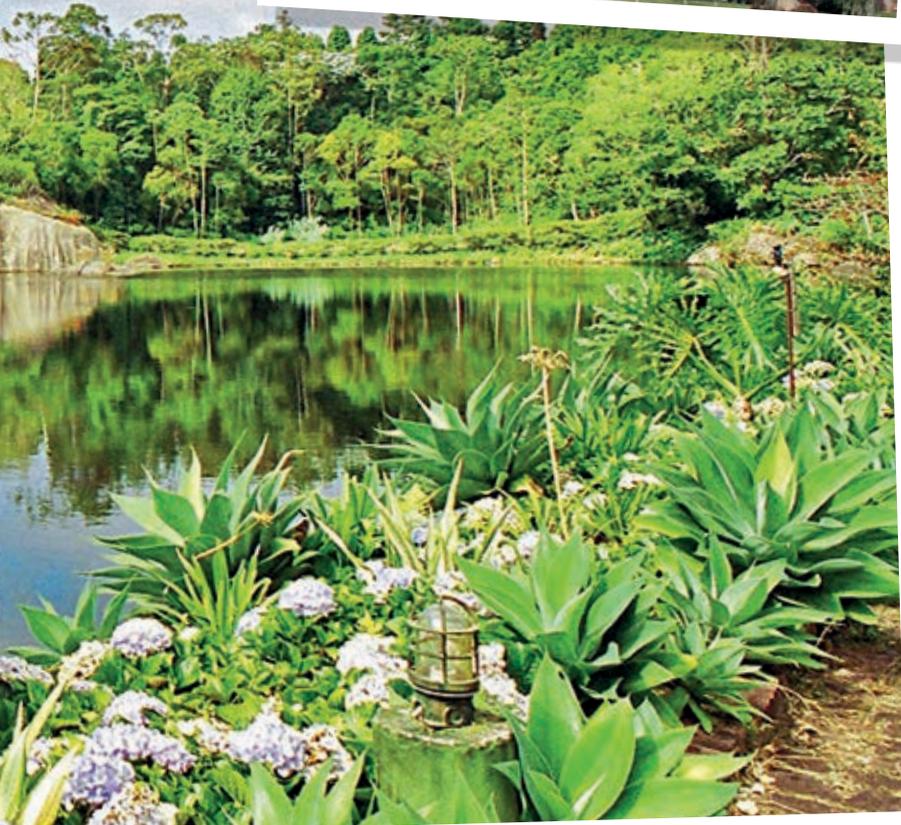
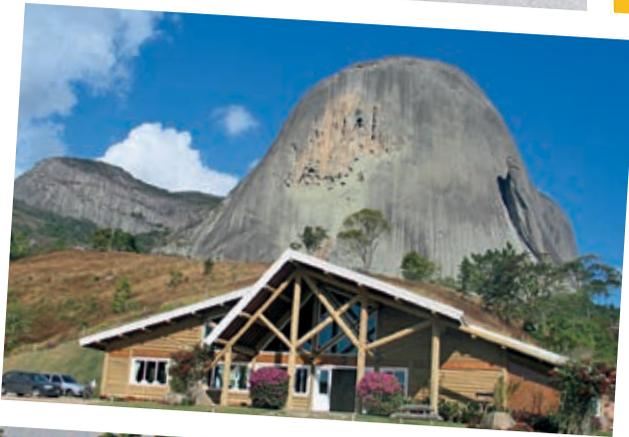
Gastronomia, agroturismo, esportes de aventura, romantismo no ar, clima aprazível de montanha e belezas naturais típicas da região que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), é a segunda maior cobertura de Mata Atlântica do Brasil. Assim é Pedra Azul, município que pertence a Domingos Martins, destino certo para quem busca entretenimento, descanso e romantismo.

Tendo como principal símbolo e cartão-postal a Pedra Azul, uma formação de granito e gnaiss de 1.822m de altitude, que ganha coloração azul esverdeada conforme a incidência da luz do sol, a localidade tem se mostrado preparada para receber

visitantes nacionais e internacionais, com boa organização de sua estrutura turística. São hotéis requintados e pousadas aconchegantes, além de restaurantes, bares, cafés coloniais intimistas, entre outros atrativos.

Segundo a Associação Turística de Pedra Azul (ATPA), a localidade e seu entorno possuem gastronomia de alto padrão, com especialidade nas cozinhas italiana, portuguesa, alemã e francesa, além de preparações orgânicas, exóticas e regionais. São massas, carnes, pães, chocolates, cafés, morangos, fondue e peixes com o sabor e o aroma locais.

Presente da “mãe natureza”, Pedra Azul permite ao visitante desfrutar de cachoeiras,



piscinas naturais, flores, plantas, árvores flores e rica fauna. Tudo isso no Parque Estadual Pedra Azul, criado em 1991 a fim de proteger todo esse patrimônio natural. Já foram catalogadas 182 espécies de aves, 51 espécies de bromélias e 126 espécies de orquídeas. Também são encontrados veados, chimbinhas, preguiças, algumas onças, macacos e aves, com destaque para as andorinhas-de-colar-branco.

Com colonização alemã, o local também é conhecido

por seus eventos culturais, festivais e corais. Mais popular, a Festa do Morango acontece anualmente no mês de agosto, atraindo milhares de pessoas para provarem os quitutes à base da fruta, uma das mais cultivadas na região. Outro momento importante é o Festival Internacional de Música Erudita e Popular, que ocorre em julho. No final do ano, as flores ganham destaque no Blumenfest, a Festa das Flores, tradicionalmente realizada em outubro.

VALE A PENA



HOSPEDAGEM

Os hotéis e pousadas de Pedra Azul atendem a todos os públicos. Em todos eles, é possível encontrar uma característica singular: o tratamento dispensado aos hóspedes. São opções que agradam a famílias inteiras ou somente casais, com acomodações amplas e completas.



ESPORTES DE AVENTURA

Pedra Azul e entorno têm vocação natural para esportes, em especial os de aventura. Trilhas, corridas, rapel, escaladas, alpinismo, parapente, bike, motociclismo, cavalgadas, canoagem e golfe. A Rota do Lagarto é uma pequena estrada bucólica, com grandes alamedas e tapetes verdes, que tem início no km 89 da BR-262, em frente à Casa do Turista e Associação Turística de Pedra Azul (ATPA). Com 8,5 km de extensão, é o caminho natural para chegar à entrada do Parque Estadual da Pedra Azul. Ao longo da rota é possível fazer cavalgadas, apreciar a natureza e desfrutar de bons restaurantes.

SAÚDE

“A questão é que, quando você começa, acaba pegando muito gosto! Vejo meu histórico familiar, em que vários tomam remédios para pressão e eu não tenho esse problema, graças a uma vida saudável!”

Maria Gorete, auditora fiscal

CORRA, QUE OS BENEFÍCIOS PARA A SUA SAÚDE VÊM AÍ

A corrida só perde para o futebol entre as paixões esportivas nacionais. Segundo o Ministério do Esporte, vem ganhando cada vez mais adeptos em busca de mais saúde e qualidade de vida



A prática de atividades físicas não era uma novidade na vida da auditora Maria Gorete de Oliveira, mas aos 42 anos, ela foi diagnosticada com osteopenia, doença que causa a diminuição de massa óssea, causada pela perda de cálcio, que pode ter, entre suas consequências, a osteoporose. Sob orientação profissional, inseriu um exercício de impacto entre os praticados diariamente, que incluíam yoga e natação. Além de conseguir controlar a osteopenia, Maria Gorete acabou se apaixonando por uma prática que ganha cada vez mais adeptos no Brasil e é indicada por médicos e educadores físicos: a corrida.

Segundo esporte mais praticado no Brasil, de acordo com o Diagnóstico Nacional do Esporte, divulgado em 2015 pelo Ministério do Esporte, foi apontado por 8,4% das pessoas que responderam a pesquisa. Seriam mais de 17 milhões de praticantes, combinando com a última projeção da população brasileira, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “A questão é que, quando você começa, acaba pegando muito gosto! Vejo meu histórico familiar, em que vários tomam remédios para pressão e eu não tenho esse problema, graças a uma vida saudável, que mantenho há quase 30 anos, alimentando-me bem e praticando atividades físicas”, conta Maria Gorete.

O educador físico da Razões do Corpo, Wilson Junior, garante que existem muitos benefícios que a corrida pode trazer. “Aumento do gasto calórico e do metabolismo, que auxiliam no emagrecimento; redução do colesterol e fortalecimento cardíaco; além do auxílio no controle da hipertensão e também da melhoria na circulação sanguínea”, lembra. A cardiologista Marcelina Ornellas Lavor acrescenta que “todo o sistema cardiovascular é beneficiado, não só o coração, como também as artérias, veias e, ainda, os pulmões. Fatores que levam a infarto e derrame, como diabetes, colesterol

“Todo o sistema cardiovascular é beneficiado, não só o coração, como também as artérias, veias e, ainda, os pulmões. Fatores que levam a infarto e derrame, como diabetes, colesterol e pressão altos, são influenciados de uma forma positiva, com a atividade física”

Marcelina Ornellas Lavor,
cardiologista

e pressão altos, são influenciados de uma forma positiva, com a atividade física”.

Cautela para iniciantes

O que começou como o tratamento de uma doença acabou virando uma paixão para Maria Gorete, que chegou a participar de provas como as Dez Milhas Garoto e a Corrida de São Silvestre. “Comecei correndo 250 metros e caminhando outros 250. Aos poucos, cheguei aos 10 km de toda a orla de Camburi”, diz. “É importante que a pessoa realize algumas outras provas em distâncias menores, sem pular etapas. Requer uma boa preparação específica e um pouco de experiência. Primeiro, damos início a um treino de adaptação, com uma periodização de treinamentos, objetivos bem definidos e metas que deverão ser buscadas constantemente. O ideal, no início, é praticar de duas a três vezes por semana, dependendo da disponibilidade”, orienta Wilson Júnior, que indica a prática diária de pelo menos 30 minutos, com esforço moderado.

A recomendação médica é que um check up seja realizado antes do início da prática regular de qualquer atividade física. Isso porque existem fatores assintomáticos, que podem causar um mal súbito. Por isso, os profissionais da saúde também recomendam a carga que deverá ser realizada no exercício. “A pessoa pode começar a correr e não sentir nada, mas existe risco de um evento cardíaco ser desencadeado pelo esforço físico. Sob orientação médica, o praticante começa devagar, até controlar esses fatores. Caso apareçam sintomas como desconforto no peito, dor, coração disparando muito facilmente, palpitações e tonturas, deve-se cessar a prática do exercício”, orienta Marcelina Ornellas Lavor.

BENEFÍCIOS DA CORRIDA

- Aumenta o gasto calórico
- Aumenta o metabolismo
- Reduz colesterol
- Fortalecimento cardíaco
- Controle da hipertensão
- Melhora na circulação
- Previne diabetes
- Melhora disposição física
- Regula o sono
- Fortalece o sistema imunológico
- Combate a osteoporose

Fonte: Especialistas consultados

“No caso da corrida de longa duração, é recomendável a ingestão de carboidratos de rápida absorção. Assim, a musculatura sempre contará com substrato para a formação da ‘moeda energética’ denominada ATP, utilizada pelo músculo no exercício”

Alessandro Araújo,
nutricionista

Depois do atendimento médico, o interessado em começar a correr deve se preocupar com a hidratação. “Na média, nosso corpo apresenta em sua composição 70% de água. Ela promove a hidrólise, que é a quebra de nutrientes importantes, como o iodo – encontrado em peixes como bacalhau e cavala – e o magnésio – encontrado em grãos oleaginosos, como amêndoas, avelãs e castanhas-do-Pará, além das sementes de abóbora”, ressalta o nutricionista Alessandro Araújo. “No caso da corrida de longa duração, é recomendável a ingestão de carboidratos de rápida absorção. Assim, a musculatura sempre contará com substrato para a formação da ‘moeda energética’ denominada ATP, utilizada pelo músculo no exercício”, acrescenta.

Os principais músculos utilizados durante a corrida são os relacionados aos membros inferiores, que envolvem o contorno da coxa e o quadríceps, que faz a extensão do joelho e ajuda a absorver o impacto do peso durante a corrida. “A musculatura posterior da coxa e a panturrilha também são fundamentais. Muitos atletas não valorizam os movimentos dos braços, mas eles são tão importantes quanto os das pernas”, reforça Wilson Júnior.

Se o objetivo for perder peso ou gordura, o treino na esteira é o indicado por Wilson Júnior, principalmente se você for sedentário e iniciante. “Já para quem quer melhorar o desempenho, o aconselhado é treinar ao ar livre, utilizando a esteira apenas como um complemento para o treinamento”. Para manter a silhueta, vale a pena combinar a dieta com a corrida.



“Cada modalidade esportiva promove distinto consumo energético. Uma caminhada consome em torno de 240 kcal/hora, dobrando essa quantidade se for em ritmo rápido. Já a corrida exige a queima de 500 a 900 kcal/cal. A oxidação da gordura é dependente do volume de oxigênio consumido para se realizar determinada atividade”, esclarece Araújo.

Bem-estar e lazer

“Melhora a disposição física do dia a dia, acelera o metabolismo, regula o sono, inibe os resfriados, pois fortalece o sistema imunológico, combate a osteoporose, reduz o colesterol ruim (LDL), previne o diabetes, contribuindo para a regulação de produção de insulina e para o controle da hipertensão arterial”, enumera Wilson Júnior, a respeito dos benefícios trazidos pela prática da corrida. Porém, a popularização do esporte no Brasil tem aproximado também pessoas que buscam o bem-estar e o lazer. “Quando você se vê no meio daquela multidão, é muita emoção. Você conhece gente do Brasil inteiro e pessoas de todas as idades. É gostoso demais!”, conta Maria Gorete.

Depois que começam a praticar, há também os casos de pessoas que abandonam o hábito de fumar, que é muito prejudicial ao coração. “A gente vê que o paciente, quando faz uma atividade física como a corrida, tem um nível de estresse mais controlado e acaba optando por um estilo de vida mais saudável. Então tem esse aspecto positivo sobre o paciente tabagista, que pode ficar mais motivado a largar o vício”, destaca a cardiologista Marcelina Ornellas Lavor.

E se você vive criando justificativas para postergar o início de uma atividade física, como a corrida, estar muito velho ou muito novo não são desculpas. “Não existe idade para se iniciar uma atividade física. Apenas responsabilidade para escolher o exercício e a intensidade adequada para cada faixa etária”, finaliza Wilson Júnior. ■

Percepção de risco versus esforço fiscal

No emaranhado de tributos aos quais está submetido o povo brasileiro, o ICMS é o imposto de competência estadual de maior expressão, o mais complexo e de maior custo de arrecadação, além de ser a principal fonte de financiamento das unidades federadas. Esse contexto tem chamado a atenção de estudiosos e é natural que surjam trabalhos acadêmicos tentando determinar qual o índice de esforço fiscal de cada unidade federada, dado pela razão entre a arrecadação efetiva e a arrecadação potencial de mesmo período.

Tratando de determinar a arrecadação potencial, pode-se regredir variáveis independentes, como o PIB, exportação, população, renda per capita, valor adicionado na agricultura, na indústria, nas exportações, nas importações e nos serviços, entre outras. Já os valores da arrecadação efetiva estão disponíveis em sites governamentais e são de acesso fácil e público. Dessa maneira, fica possível determinar a citada razão, determinando, assim, o esforço fiscal.

Seguindo essa linha, muitos foram os autores que, debruçando-se sobre a matéria, produziram trabalhos acadêmicos determinando o índice de esforço fiscal para administrações tributárias estaduais, sendo esse método aplicável a qualquer nível de governo, e cujos resultados, em muitos casos, orientam os discursos de administradores tributários sobre o assunto.

Mas os trabalhos desses autores, em sua maioria usando sempre variáveis independentes de cunho econômico, deixam de considerar os efeitos produzidos por variáveis institucionais, tais como cultura local, presença fiscal, percepção de risco, noção de impunidade, informalidade e outras, e com isso podem estar deixando de considerar significativas parcelas explicativas da arrecadação potencial.

Destaque-se, dentre as variáveis citadas, aquela que impõe ao contribuinte um estado de permanente vigília – a presença fiscal –, que se traduz em auditorias tributárias,

acompanhamento permanente das atividades econômicas dos contribuintes, verificação local da congruência entre a atividade informada e as instalações mantidas, entre tantas outras. Ressalte-se que essa presença pode ser tanto física quanto virtual (nos tempos atuais, suspeita-se que o efeito da presença fiscal virtual é, possivelmente, superior ao da física).

Essa presença, sendo física ou virtual, também promove a percepção de risco por parte do contribuinte do ICMS. Quanto maior o risco e a percepção dele, maior o ânimo para o cumprimento espontâneo da obrigação de arrecadar, ou seja, sendo isso verdade, o risco percebido pelo contribuinte é uma variável a ser fortemente considerada nos estudos sobre arrecadação potencial, especialmente quando se trata de receita oriunda de ICMS. Muito embora note-se a tendência de incluir variáveis dessa natureza na literatura mais recente, os índices de esforço fiscal anteriores obtidos na ausência de variáveis institucionais explicativas e que resultaram acima de “um” merecem revisão; logo, o discurso do administrador tributário baseado nos indicadores obtidos na ausência dessas variáveis também merece retoque.

Um elevado indicador do esforço fiscal orienta a tomada de decisão do administrador no sentido de não investir em mão de obra, desprezar os esforços na atividade arrecadadora e menosprezar projetos de combate à sonegação, dado que a receita efetiva já teria atingido seu limite potencial e todo o foco deveria ser colocado no controle da despesa; contudo, isso é falso se, para a obtenção desse índice, importantes variáveis explicativas não tiverem sido consideradas.

O equilíbrio das contas públicas depende tanto do aumento da receita quanto do controle da despesa e o esforço fiscal a ser retocado não deve ser um orientador válido para o administrador tributário, nesses tempos em que a possibilidade de aumento da presença fiscal e da percepção de risco está tão disponível ao administrador tributário.

“Essa presença, sendo física ou virtual, também promove a percepção de risco por parte do contribuinte do ICMS. Quanto maior o risco e a percepção dele, maior o ânimo para o cumprimento espontâneo da obrigação de arrecadar”



JOCELINE DEMUNER
é auditor fiscal da
Receita Estadual do
Espírito Santo.



Sindifiscal-ES promove encontro de aposentados e pensionistas

Realizado para promover a integração entre os filiados, o primeiro Encontro Estadual de Aposentados e Pensionistas (Encap) do Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF) do Estado do Espírito Santo (Sindifiscal-ES) foi um sucesso.

O momento de rever velhos colegas de trabalho, matar a saudade e colocar o papo em dia não poderia ter sido melhor. A sede social do Sindifiscal-ES, no bairro Jôquei de Itaparica, em Vila Velha, reuniu, no dia 20 de maio, quase 200 pessoas. Participantes de várias regiões do Estado confraternizaram com amigos e puderam conhecer os pensionistas. Segundo o sindicato, essa é uma preocupação da entidade.

O encontro também foi um momento de homenagens. O aposentado que participa ativamente nos trabalhos do sindicato, Délio Castello, 82 anos,

foi condecorado. Por estar impossibilitado de receber a premiação, seu irmão gêmeo, Delson Ezequiel Borges Castello, o representou.

Com apoio da Unimed, os presentes puderam usufruir do Programa Viver, fazendo a aferição de pressão arterial e medição de glicose. De acordo com o Sindifiscal-ES, foram realizados 36 atendimentos ao todo.

O entretenimento ficou por conta de show musical e bingo. O almoço foi servido ao som de música ao vivo e muita animação. O sindicato avalia que o evento atingiu plenamente seu objetivo, que é o de promover a integração dos participantes.

Os servidores elogiaram o Encap. Aposentado desde 2011, Joemar Dessaune, 72 anos, por exemplo, gostou muito da festa. “Foi tudo ótimo! Aproveitei para rever meus amigos. A organização merece aplausos!”, disse.





MAIS CAUTELA E MENOS CONSUMO

Instabilidade econômica faz brasileiros mudarem hábitos e reduzirem gastos, trazendo impactos negativos para o comércio



Desde 2015, o Brasil vivencia um cenário de crise econômica que vem influenciando diretamente os hábitos de consumo dos brasileiros. Nove em cada dez brasileiros tiveram seus orçamentos afetados, há um grande contingente de desempregados e os preços estão mais altos, ao mesmo tempo em que a renda e o acesso ao crédito diminuíram.

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em junho de 2015, revela que, quase um ano atrás, os brasileiros já notavam os efeitos da crise econômica – que de lá para cá só tem feito se intensificar. Sentindo no bolso as consequências, cada vez mais brasileiros estão fazendo ajustes em suas vidas: 59% das cerca de duas mil pessoas entrevistadas na pesquisa disseram ter perdido poder de compra, 16% mudaram de residência para reduzir custos e 13% tiraram seus filhos de escolas privadas e os matricularam em escolas públicas.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo (Fecomércio-ES), José Lino Sepulcri, lembra que a recessão não só diminuiu o poder de compra dos brasileiros, mas também provocou mudanças nas classes sociais, de acordo com a renda. “Um dos fatores decorrentes da crise econômica que mais atingiram a população brasileira foi a defasagem salarial. Os salários foram achatados, estamos hoje com inflação de dois dígitos, que há muito tempo não experimentávamos. Isso fez com que diminuísse sensivelmente o poder de compra, afetando

“Outro exemplo negativo foi estimular o crédito fácil, especialmente aos aposentados, via consignado. Isso levou a uma crise gravíssima, que abalou esses traços culturais e fez o brasileiro temer o futuro e recetar manter seu consumo. Principalmente nos eletroeletrônicos, no vestuário e na construção civil”

**Antônio Marcus Machado,
economista**

principalmente as classes C e D, com respingos na B. Vivíamos num mundo de euforia, de aumento da renda e ascensão das classes. Com essa nova realidade econômica, tudo voltou ao que era antes”, analisa.

Ajustes no orçamento

Uma pesquisa feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) revela que 85,9% dos brasileiros se viram obrigados a ajustar o orçamento doméstico para se defender dos efeitos da crise.

O estudo procurou avaliar o impacto da crise econômica nas decisões de consumo do brasileiro e entrevistou 602 pessoas, em todas as capitais e em cidades do interior. Em virtude do agravamento da situação econômica do país, 87% dos entrevistados admitiram que agora estão dedicando mais tempo para pesquisar preços e 80,5% estão evitando comprometer sua renda com compras de calçados e roupas. O estudo ainda revela que 44,3% dos entrevistados estão com as finanças descontroladas.

A lista de restrições em meio à turbulência financeira é extensa: há os que agora evitam comprar produtos e serviços com os quais sempre estiveram acostumados (79,1%); os que passaram a optar por produtos de marcas mais baratas (76,9%); e os que deixaram de viajar (75,5%) e de sair com os amigos para bares e restaurantes (71,3%).

Gastos com produtos de beleza (56,8%) e serviços como internet e celular (30,7%), além de TV por

COMPORTAMENTO

assinatura (28,9%), também foram alvos de cortes, mas em menor proporção que os demais. Para completar a lista, 25,9% dos entrevistados deixaram de ir à academia e 25,1% tiveram de abandonar cursos de idiomas, escolas particulares ou faculdades.

“De uma forma geral, o brasileiro tem um comportamento ‘camaleônico’ quando expressa suas intenções de compra de bens e serviços. É um consumidor que se deixa seduzir muito facilmente por propagandas e publicidades bem feitas, por exemplo. Mesmo que para consumir determinados produtos, como os estrangeiros, ele tenha que lançar mão de crédito, muitas vezes com juros estratosféricos. O senso de consumismo vem do longo período inflacionário em que o salário tinha que se transformar em compras, o mais rápido possível, para não perder seu poder aquisitivo. Outro exemplo negativo foi estimular o crédito fácil, especialmente aos aposentados, via consignado. Isso levou a uma crise gravíssima, que abalou esses traços culturais e fez o brasileiro temer o futuro e recetar manter seu consumo. Principalmente nos eletroeletrônicos, no vestuário e na construção civil”, analisa o economista Antônio Marcus Machado.

Para enfrentar o momento de recessão, a saída encontrada por grande parte das famílias brasileiras tem sido diminuir as despesas, seja deixando de consumir itens supérfluos, ou substituindo marcas por produtos mais baratos. “A crise afetou, inclusive, a qualidade dos produtos consumidos pelos brasileiros no dia a dia, que foram eliminando algumas preferências e mudando hábitos para manter o orçamento. Um dos ramos mais atingidos,

inicialmente, foi o da alimentação. Se o consumidor antes comprava um produto de primeira qualidade, passou a substituí-lo por um mais barato. Bebidas e supérfluos foram eliminados. Se frequentava restaurantes de três a quatro vezes ao mês, passou a ir apenas uma vez. Isso atingiu sensivelmente o micro e pequeno empresário, e alguns restaurantes e bares tradicionais até encerraram suas atividades, pois se não há movimento, não há como manter o negócio”, destaca o presidente da Fecomércio-ES.

A instabilidade também faz com que os brasileiros pensem melhor antes de fazer investimentos de longo prazo, como os imóveis. De acordo com o 29º Censo Imobiliário, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo (Sinduscon-ES), em novembro de 2015, o total de unidades residenciais em construção na Grande Vitória registrou queda de 23,78%, na comparação com abril do mesmo ano. A diminuição na procura também freou o lançamento de novos empreendimentos.

Assim como milhares de brasileiros, a enfermeira Monique Marques mudou seus hábitos por conta da crise. “Cortei gastos com lazer, e hoje saio menos. Também tento economizar no consumo doméstico, como na conta de energia elétrica, por exemplo”, afirma. Monique e o noivo pretendiam adquirir um apartamento este ano, mas adiaram os planos por conta da crise. “Com a instabilidade da economia, não sabemos se iremos manter os nossos empregos. Por isso, optamos por deixar a compra do imóvel em segundo plano, e adiamos os planos do casamento até que a economia se estabilize”, conta.



“A crise afetou inclusive a qualidade dos produtos consumidos pelos brasileiros no dia a dia, que foram eliminando algumas preferências e mudando hábitos para manter o orçamento. Um dos ramos mais atingidos, inicialmente, foi o da alimentação”

José Lino Sepulcri,
presidente da Fecomércio-ES

“A inflação, os juros elevados e o desemprego pioraram a situação financeira das famílias e exigiram mudanças no padrão de gastos, para uma adequação à nova realidade”

**Cláudio Sipolatti,
presidente da CDL Vitória**

Retração no comércio

Dados divulgados pela Junta Comercial do Espírito Santo (Jucees) indicam que o primeiro trimestre de 2016 foi o pior para as empresas capixabas desde 2000, quando a entidade começou a disponibilizar o registro de empresas extintas. Nos três primeiros meses de 2016, um total de 1.364 empresas foram fechadas no Estado, um recorde na série histórica da Junta.

Um dos setores mais impactados é o do comércio. Prova da retração nas vendas é que o Dia das Mães, segunda data mais importante para o varejo em volume de vendas e faturamento, apresentou queda de 16,4% no volume de vendas parceladas na semana anterior à data comemorativa (entre 1 e 7 de maio), em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado negativo deve funcionar como uma prévia para o desempenho da atividade comercial ao longo de 2016.

Com o aumento do número de estabelecimentos comerciais que encerraram seus negócios, cresceu também, em consequência, a quantidade de desempregados. “Muitos comerciantes ainda sobrevivem a essa situação desconfortável porque têm uma história de vida, uma estrutura que pode absorver a diminuição no movimento. Todas as ações que o comerciante podia realizar vislumbrando mudanças foram feitas: promoções, prorrogação de prazos, parcelamento sem juros, dispensa de juros, redução do quadro de funcionários. Se o lojista não vende, tem que dispensar os funcionários. Chegamos a um quadro mínimo de trabalhadores no comércio”, lamenta o presidente da Fecomércio-ES, José Lino Sepulcri.

Com a queda brusca de demanda, as empresas são forçadas a se reinventarem para sobreviver. “A inflação, os juros elevados e o desemprego pioraram a situação financeira das famílias e exigiram mudanças no padrão de gastos, para uma adequação à nova realidade. Cerca de 86% dos brasileiros se viram obrigados a ajustar o orçamento doméstico para se defender da crise. Os efeitos



negativos são percebidos nas quedas das vendas no varejo e da produção industrial. Dessa forma, temos queda de confiança tanto do empresário, quanto do consumidor. Esse resultado se traduz, muitas vezes, em inadimplência de ambas as partes e também em recessão”, explica o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Vitória, Cláudio Sipolatti.

Nesse cenário, a agenda do varejo passa a ser pautada pela eficiência operacional e pela produtividade. Reduzir custos, melhorar a operação e fazer mais com menos tornaram-se objetivos comuns àqueles que querem garantir a continuidade de seus negócios. “Nos últimos anos, tivemos um vento muito favorável ao comércio. Agora, há outra realidade, e a entidade vem preparando os lojistas para o novo cenário. Temos trabalhado para desenvolver cada vez mais os comerciantes, pois eles precisam se atualizar para enfrentar as novas demandas. Precisamos de mais cultura empresarial. É muito importante que o comerciante se desafie em busca de maiores e melhores resultados. Temos de fazer diferente, ou seja, reunir ações e mais conhecimentos novos para enfrentar esse momento econômico”, destaca o presidente da CDL.

No dia 16 de julho é celebrado o Dia do Comerciante. Apesar do cenário desfavorável, o setor busca manter-se otimista. “Não podemos nos entregar a essa onda de pessimismo. Temos que trabalhar mais e melhor para o país voltar a crescer. E também é necessário reduzir a dependência do governo, mudar essa cultura. O que precisamos é que o governo nos dê estabilidade para que possamos nos desenvolver e fazer os nossos investimentos de longo prazo. A menor interferência do governo nas práticas comerciais nos dará condições de ter um mercado mais forte”, ressalta Cláudio Sipolatti. ■

A autonomia da administração tributária para a garantia de um Estado Social Democrático de Direito

“... é necessário que a administração tributária goze de autonomia, com seus servidores imunes a fatores políticos, econômicos e de interesses difusos à Administração, conforme constitucionalmente é assegurado a promotores e juízes.”



EUSTÁQUIO FRANCISCO XAVIER

é auditor fiscal da Receita Estadual do Espírito Santo. Graduado em Direito, com especialização em Direito Tributário e Gestão Fazendária. Exerceu o cargo de coordenador de fiscalização e supervisor regional da Receita Estadual do Espírito Santo. Atualmente é diretor de Comunicação do Sindifiscal. Foi presidente da Associação dos Auditores de Tributos Estaduais do Espírito Santo - AFITES.

Administração tributária decorre da evolução política, econômica e social dos povos e se harmoniza com a história da formação do Estado Moderno de Direito e dos direitos fundamentais.

No Feudalismo, o senhor feudal, enquanto pessoa física privada e por meios também privados, exercia a função administrativa do feudo. Era o detentor dos poderes político, jurídico e militar. Mas, em razão da ausência de um sistema tributário centralizado, as relações entre senhores feudais e monarcas eram mediadas por graus de dependência mútua.

Nesse contexto, o processo histórico levou à formação e ao surgimento do Estado Moderno que, conforme lição de Max Weber, se caracteriza por quatro funções essenciais: o Exército, como monopólio da força física; a produção da moeda; a elaboração e aplicação das leis – Legislativo e Judiciário; e a cobrança de tributos – administração tributária.

Com o Estado Moderno surge o conceito do bem-estar social, conforme o qual o novo Estado deve propor políticas para um relacionamento de intervenção junto às atividades econômicas de um país e, sendo assim, cobrar tributos, objetivando prover políticas públicas e oferecer melhores condições e respostas às demandas sociais, trazendo melhoria de vida para toda a sociedade.

A Constituição Federal de 1988 redefine o papel do Estado brasileiro tendo como princípio basilar uma administração pú-

blica moderna e eficiente na prestação dos serviços públicos, especialmente no que se refere à administração tributária.

Nesse sentido, o legislador constituinte, ciente da importância dessa premissa para o Estado contemporâneo, assegurou à administração tributária e seus servidores precedência sobre os demais setores administrativos. Assim, esses profissionais, como integrantes de carreira de Estado, podem ter condições de cumprir, em sua forma plena e com condições materiais, as suas atividades constitucionalmente definidas como essenciais ao funcionamento do Estado.

E foi além: ofereceu ainda tratamento diferenciado ao ressaltar a vinculação de receitas tão somente para ações e serviços públicos de saúde, educação e para atividades da administração tributária.

Não há dúvida, portanto, que é o momento de a sociedade reconhecer a administração tributária como mais uma instituição vinculada à democracia, exercendo um papel cidadão de controle da arrecadação e da boa aplicação das receitas públicas e de um instrumento eficiente e eficaz no combate à sonegação, que é a verdadeira financiadora da corrupção.

Por fim e como se apresenta, indubitavelmente, é necessário que a administração tributária goze de autonomia, com seus servidores imunes a fatores políticos, econômicos e de interesses difusos à Administração, conforme constitucionalmente é assegurado a promotores e juízes.

A aprovação da Lei Orgânica do Fisco Capixaba é essencial para a valorização da carreira e fortalecimento da Receita Estadual



Ciclo de palestras debate a Lei Orgânica do Fisco

Garantia ao cidadão de um serviço público prestado com autonomia e transparência e instrumento de promoção da justiça social, lei é tema de debate

Promovido pelo Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF) do Estado do Espírito Santo (Sindifiscal-ES), o ciclo de palestras debateu a Lei Orgânica do Fisco Capixaba. O assunto foi discutido no dia 15 de março, no Cerimonial MS Buffet, em Vitória.

A mestre e doutora em Direito de Estado Adriana Schie foi quem apresentou o tema. Adriana é atual-

mente consultora para assuntos da administração tributária de diversos sindicatos nacionais e regionais, especialmente para assuntos da Lei Orgânica.

O presidente do Sindicato dos Fazendários do Ceará, Antônio Ferreira de Miranda, também participou do encontro e relatou a experiência do fisco cearense. Ele explicou que depois de muito trabalho e mobilização, conquistou no ano de 2014 a aprovação, por unanimidade, em Assembleia Legislativa de seu Estado, da PEC 03/14, que incluiu um capítulo da administração tributária na Constituição Estadual e prevê a Lei Orgânica da Administração Fazendária, assegurando dotação orçamentária própria e autonomia administrativa, funcional e financeira.

O evento foi organizado em resposta às ações de mobilização aprovadas pela categoria na Assembleia Geral de 14 de dezembro de 2015, quando foram propostas a inclusão da Lei Orgânica na pauta de negociação com o governo capixaba e a realização de um fórum para discutir a valorização da carreira no Espírito Santo.

Encerrado o ciclo de palestras e debates, um coquetel dançante promoveu a confraternização entre os participantes do evento.



Adriana Schie, ao centro, que é mestre e doutora em Direito de Estado, foi a palestrante do evento



PLISSADOS SE DESTACAM NA SPFW

Peças totalmente plissadas ou apenas em alguns detalhes apareceram em diversas coleções da 41ª edição da São Paulo Fashion Week (SPFW), realizada no final do mês de abril. O maior evento de moda do país trouxe a tendência em diferentes versões: nos looks fresh esportivos de Juliana Jabour, nos detalhes das gueixas tropicais de Adriana Degreas e nas rendas dramáticas da Apartamento 03. E, dependendo do conjunto, o uso do plissado pode apresentar resultados bastante diferentes. Nas peças feitas com tecidos leves e fluidos, o efeito sanfona das dobrinhas traz leveza e movimento. Já nas peças mais estruturadas, o plissado costuma criar texturas e formas. As possibilidades são infinitas.



DECORAÇÃO COM A CARA DO OUTONO

Um dos itens mais característicos de decorações de outono são as cores, que ao contrário do verão – com tonalidades vivas e vibrantes –, costumam passar uma sensação de aconchego, como os tons de verde, azul-marinho, marrom e laranja. Um ambiente que pode ficar ainda mais bonito com cortinas, capas de sofá, tapetes, toalhas de mesa e almofadas que, para não deixarem a decoração muito pesada, devem ter tonalidades mais neutras, como o cru, o bege ou o branco. Outra dica interessante são os papéis de parede com cores outonais ou, até mesmo, algumas estampas de folhas secas e árvores. Toda a beleza que a natureza da estação oferece também pode ser utilizada com arranjos de espigas de trigo, folhas secas e ramos de flores, que podem ser colocados na sala ou no hall de entrada.



UMA TAÇA DE VINHO ANTÈS DE DORMIR AJUDA A EMAGRECER

Já está mais que comprovado que beber vinho com moderação pode trazer inúmeros benefícios ao organismo. Mas você sabia que ele também é capaz de auxiliar na perda de peso durante o sono? Pode até parecer milagre, mas não é. Pelo menos é o que aponta uma pesquisa da Washington State University, que revela que o resveratrol - presente na casca e na semente da uva roxa - ajuda a converter o excesso de gordura branca em gordura marrom (esta última, mais fácil de ser eliminada pelo organismo). E quanto mais escuro for o vinho, maiores são as chances de perder peso, devido à grande quantidade de polifenóis presentes na bebida que agem como antioxidantes. Além da perda de peso, o resveratrol também auxilia na diminuição do colesterol LDL. E aí, pronto para tomar uma taça?



NISSAN KICKS: O CARRO DAS OLIMPÍADAS

O carro oficial das Olimpíadas Rio 2016, o Nissan Kicks, já está rodando pelas ruas do país, acompanhando a trajetória da tocha olímpica, mas o lançamento oficial para o público só será feito no mês de agosto, período em que começa a ser vendido. Retrabalhado para desenvolver 114 cv, o modelo terá opções de câmbio manual de cinco marchas ou automático, do tipo CVT. O veículo, que foi apresentado um dia antes do revezamento, promete cair no gosto do público.



FICA A DICA



CORTES MASCULINOS QUE ESTÃO COM TUDO

Muitos homens passaram a seguir as tendências da moda dos últimos anos, preocupando-se mais com a aparência, com o vestuário e mesmo com os cortes de cabelo, que podem ser mais tradicionais ou seguir um estilo mais ousado. Basta escolher o que mais se adapta à sua personalidade e ao seu rosto. E um corte que vem se destacando muito atualmente é o Razor Part, que promete continuar sendo febre em 2017.

COLARES LONGOS: SAIBA COMO USÁ-LOS

Que os colares longos vieram para ficar, isso não é nenhuma novidade. Basta vermos os looks de atrizes famosas que confirmam essa tendência, como Jennifer Aniston, Sarah Jessica Parker e Juliana Paes. O aspecto mais interessante é que, além de sozinhos, eles podem ser usados para compor um mix de colares. Se escolher essa opção, fique atenta para usá-la com roupas lisas, de forma a equilibrar a quantidade de "informações" do seu look. Você pode fazer combinações com gargantilhas ou combinar com colares mais delicados, de comprimentos diversos.



POR QUE A REFORMA POLÍTICA NÃO SAI DO PAPEL?

Controvérsias em relação ao assunto se estendem há quase duas décadas no Congresso

Logo em seu primeiro discurso após ser eleita para o segundo mandato, a presidente (agora afastada) Dilma Rousseff defendeu a realização de consulta popular para dar andamento ao processo de reforma política.

À época, a defesa de um plebiscito gerou muita polêmica, mesmo em sua base aliada. Líderes do PMDB, como o presidente do Senado, Renan Calheiros (AL), defenderam que o melhor caminho seria aprovar um projeto no Legislativo e, depois, submetê-lo a um referendo popular, como ocorreu com a proibição da venda de armas de fogo.

Mas esse e tantos outros embates acerca do tema não são assuntos recentes. Uma ampla reforma política vem sendo articulada desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

E em todas as eleições esse assunto aparece. Porém, nada é feito de concreto para que aconteça.

A mudança substancial conseguida desde então foi a aprovação da emenda constitucional da reeleição, aprovada em 1997 – um episódio na história já envolto em um suposto esquema de corrupção. Em julho daquele ano, foi publicada a Emenda Constitucional nº 16, dispositivo autorizando que prefeitos, governadores e presidente disputassem um segundo mandato consecutivo. O deputado Ronivon Santiago (PFL/AC) contou que recebeu R\$ 200 mil para votar a favor da reeleição, versão confirmada por outros quatro parlamentares. Na época, o procurador-geral da

“Temos um sistema fundamentalmente protetor das elites”

Cláudio Lamachia,
presidente da OAB nacional e professor
de Ciência Política

República, Geraldo Brindeiro, não acolheu nenhuma representação pedindo o envio de uma denúncia ao Supremo Tribunal Federal, e os deputados envolvidos foram absolvidos pela Comissão de Justiça da Câmara.

De lá para cá, não houve grandes avanços, ainda que dificilmente alguém discorde da necessidade de revisão das regras atuais do jogo político no Brasil – processo eleitoral, sistema de governo (presidencialismo, parlamentarismo e até monarquia), financiamento de campanhas, critérios de representatividade, etc.

No entanto, chegar a um consenso tem sido uma missão quase impossível, mesmo diante da defesa de pontos comuns, ao menos na teoria, dos discursos de muitos candidatos: fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais e tipificação do “caixa dois” como crime eleitoral, por exemplo. Instituições como a OAB e a CNBB defendem ainda critérios como um sistema proporcional em lista pré-ordenada e em dois turnos, e alternância de gênero na composição da lista partidária, entre outros.

Mas, quais mudanças a reforma traria ao cenário político? O cientista político André Nogueira, da Universidade de São Paulo (USP), explica que isso depende do objetivo desejado. Em outras palavras, se o que se espera é a representação ou a governabilidade. “Isso é uma questão política, de disputa entre partidos, em defesa de interesses de segmentos distintos da sociedade civil. Não é uma questão de ciência política. O que a ciência política oferece é: dada determinada preferência, pode-se apresentar os melhores meios para se atingir determinado objetivo”, pontua.

Além do aspecto da ampliação da representatividade de popular, a favor da reforma política pesa ainda o argumento de que deverá funcionar como importante instrumento de combate à corrupção. No entanto, para Nogueira, é utopia pensar em um sistema sem corrupção. “É importante enfatizar que não existe regra política que ‘melhore’ – em termos abstratos – o sistema político. Sempre se trata de melhorar ‘para quem’ e ‘como’. Não existe sistema político sem corrupção, com crescimento econômico e com redistribuição de riqueza garantidos”, afirma o especialista.



Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Aloísio Ruscheinsky reitera a defesa de que a reforma é uma questão de preferência político-ideológica. “Existe um conjunto de proposições que estão em disputa de poder, com diferentes interesses políticos, econômicos e até culturais. É importante lembrar a diversidade do Congresso Nacional, dos partidos e dos interesses. Nenhuma reforma política vai contemplar a todos”, ressalta Ruscheinsky.

Campanhas X recursos

Diante de todas as denúncias envolvendo as maiores empreiteiras do país em pagamento de propina e “caixa dois”, o discurso contra o fim do financiamento de campanhas por empresas se fortaleceu a ponto de ter sido aprovado no ano passado.

A Lei nº 13.165/2015, que ficou conhecida como “minireforma eleitoral”, promoveu importantes alterações nas regras das eleições deste ano, ao introduzir mudanças nas Leis nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos) e nº 4.737/1965 (Código Eleitoral). Entre essas mudanças, a proibição de doações por empresas a partidos e candidatos (veja box), o que o Supremo Tribunal Federal (STF) já havia julgado inconstitucional.

Para se ter ideia, nas eleições nacionais de 2014 os gastos de campanha bateram todos os recordes.

PLEBISCITO X REFERENDO

Ambos são formas de se fazer uma consulta popular. A diferença entre os dois é que, enquanto no plebiscito são encaminhadas perguntas sobre assuntos que podem compor a proposta, no referendo, a sociedade diz apenas “sim” ou “não” a um projeto anteriormente formulado pelos parlamentares.

EVOLUÇÃO DO CUSTO DO VOTO (EM R\$)



Fonte: TSE/Transparência Brasil

Segundo cálculos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram empregados mais de R\$ 5 bilhões na disputa para os cargos de presidente, governador, senador e deputado federal. “O que se poderia fazer com esses recursos investidos em saúde, educação e saneamento básico? Mas o ponto de maior contrariedade que eu tenho não é nem o valor. Essas empresas não doam; elas investem, porque recebem de volta em prestações de serviço, em obras públicas. E isso acaba viciando o sistema como um todo”, destaca o presidente da OAB nacional e professor de Ciência Política, Cláudio Lamachia.

Para ele, o problema central está no sistema: “Temos um sistema fundamentalmente protetor das elites, que não permite que sejam feitas reformas estruturais, como taxar grandes fortunas, delimitar tamanho de propriedade, todas essas questões que mexem com as elites. Ele funciona de maneira travada: grande parte dos partidos é conservadora, nenhum partido político chega com grande maioria ao Congresso, e tem de governar com 15 outros partidos. Esse é o grande entrave”, argumenta Lamachia.

As principais propostas trazidas se pautam na imposição de uma cláusula de barreira (que atinge os menores partidos); na mudança na regra de reeleição para cargos do Executivo, bem como na questão de o voto ser ou não obrigatório.

Outras bandeiras também levantadas pela reforma política dizem respeito à alteração na definição do sistema eleitoral, financiamento de campanha às coligações partidárias, periodicidade das eleições, duração

do mandato e idade mínima para cargos, os critérios de suplência, fidelidade partidária, voto impresso, dentre várias outras que estão em constante debate em nosso cenário político.

Na avaliação do professor da FDV Anderson Burke, especialista em Direito Constitucional e Ciências Criminais, o visível desinteresse de políticos em aprovar a PEC se justifica pelo fato de que regras inovadoras podem implicar medidas impopulares ou até disposições não benéficas aos atuais mandatários, e sim os seus sucessores. Para ele, no atual cenário político em que o presidente em exercício, Michel Temer, declara não ter pretensões de concorrer às eleições de 2018, na hipótese de ser aprovado o impeachment de Dilma Rousseff, talvez o interesse político em fazer caminhar e aprovar a proposta da reforma política seja maior. “Em tese, Temer não teria objeções quanto à possibilidade de seus sucessores gozarem de eventuais benefícios provindos das novas regras ou até a uma desaprovação popular pessoal ao apoiar o projeto e orientar seus aliados”, explica Burke.

O professor aponta ainda o único caminho, a seu ver, para que a reforma se concretize. “Somente pelo interesse político é que a reforma poderá ser aprovada, uma vez que depende de trabalho intensivo do Legislativo – com votações significantes de 3/5 e promulgação -, além do apoio e interesse do Executivo ao orientar as bancadas para a sua aprovação”.

O entendimento de Burke é reforçado pelo cientista político André Nogueira. Segundo ele, embora já estejam sendo concretizadas alterações, dificilmente haverá mudanças bruscas nas regras do jogo. “Recentemente, o Congresso aprovou o fim das coligações para eleições proporcionais. Isso muito provavelmente levará a uma diminuição na representação dos pequenos partidos no Congresso (o que significa ganho de governabilidade e diminuição da representatividade), que já teriam se manifestado, não fossem as sucessivas decisões do STF em contrário nos últimos dez anos. Agora, se o que se deseja é uma mudança radical nas regras do jogo, quaisquer que sejam, é pouco provável que ela ocorra, pois quem deve aprová-la é quem tem interesse no seu resultado”, alerta Nogueira. ■

“Não existe sistema político sem corrupção, com crescimento econômico e com redistribuição de riqueza garantidos”

André Nogueira, cientista político

Abertas as inscrições para o Prêmio Inoves 2016

Com o tema “Valorizando projetos que iluminam novos caminhos”, foi lançado, no dia 19 de maio, o Prêmio Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo (Inoves) 2016. As equipes de servidores públicos que têm interesse em participar desta 12ª edição já podem acessar o site inoves.es.gov.br e inscrever os seus projetos inovadores.

Neste ano, a campanha destaca a importância da inovação para a superação de desafios, a busca de novas alternativas e a modernização da gestão pública. A abertura oficial, realizada pela primeira vez no formato on line, foi marcada pelo convite do governador Paulo Hartung aos servidores públicos. “É preciso pensar diferente, melhorar a qualidade dos nossos serviços e apostar em mais eficiência. O Prêmio Inoves é a oportunidade de o servidor se tornar um agente ativo dessa transformação. Tenho certeza de que os projetos inscritos nesta edição vão, sim, iluminar bons caminhos para o Espírito Santo e ser até bons exemplos para o país, que está precisando”, disse.

Criado por técnicos das gerências de Fiscalização (Gefis) e de Tecnologia (Getec) da Secretaria de Estado da Fazenda, o Sistema de Comércio Exterior (Sicex) ficou entre os três finalistas na categoria “Atendimento ao Cidadão” da 11ª edição do Prêmio Inoves, realizado em 2015, tendo concorrido com outros 279 projetos, em oito categorias.

Segundo o auditor fiscal da Receita Estadual Charles Grilo Fuller, o Sicex traz ao contribuinte que opera no comércio exterior agilidade nos procedimentos que antecedem a entrega do produto importado, pois cria um canal direto com a Receita Estadual, via internet. “Dessa forma, elimina-se a necessidade do reconhecimento e visto no Documento Único de Arrecadação (DUA) ou da Guia de Liberação de Mercadoria Estrangeira sem comprovação do Recolhimento do ICMS/GLME por meio de atendimento presencial em posto fiscal. Todo o procedimento é executado on line no site da Receita Estadual, recebendo validação eletrônica nos referidos documentos”, explicou.

Participação

Podem concorrer ao prêmio iniciativas inovadoras, desenvolvidas por equipes do setor público estadual e municipal, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Espírito Santo, que tenham, pelo menos, seis meses de implantação, com resultados concretos e verificáveis. As categorias do prêmio são: Atendimento ao Cidadão; Práticas Transformadoras; Uso Eficiente dos Recursos Públicos; Valorização do Servidor; Resultados para a Sociedade; Inclusão Social; Participação e Controle Social; e Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Assim como no ano passado, também será avaliada a atenção ao eixo transversal “sustentabilidade”, que será considerada no processo de avaliação para fins de classificação das iniciativas concorrentes, mas não terá caráter eliminatório.

SERVIÇO

Inscrições e informações no site www.inoves.es.gov.br



28 a 31 JUL

Alfredo Chaves em festa

O município de Alfredo Chaves realiza, em julho, a sua 44ª Festa da Banana e do Leite. Para movimentar o público, o evento terá como destaque o show da dupla sertaneja Munhoz e Mariano. A programação prevê ainda moda de viola, exposição de bananas e gado leiteiro, feira de flores e produtos da região, campeonato de voo livre e a tradicional 'Virada dos Tachos', com 300kg de doce de banana e de requeijão cremoso.

16 JUL

Reverence Studio de Dança

Formas. Este é o nome do espetáculo de dança contemporânea que a Reverence Studio de Dança apresentará no Teatro Carlos Gomes, em Vitória, no mês de julho. Na atração os bailarinos serão a personificação dos elementos da natureza. Localizado no Barro Vermelho, o Reverence oferece várias modalidades de dança, tanto para crianças quanto para adultos. Mais informações e ingressos para o espetáculo: (27) 3224-2898 e (27) 99911-3984.

22 a 31 JUL

Festival de Domingos Martins

Com uma programação sempre diversificada, o Festival Internacional de Inverno de Música Popular e Erudita de Domingos Martins chega à sua 23ª edição. Milhares de visitantes são esperados durante o evento, que dá mais um motivo para conhecer a charmosa região das montanhas capixabas. Apresentações de bandas e oficinas musicais deverão alegrar, mais uma vez, as ruas da cidade.



PARA LER

A GUERRA DOS TRONOS – VOLUME IV

A versão em quadrinhos da saga que encantou o mundo chega ao seu quarto volume. Depois da morte do rei Robert Baratheon e a prisão de Ned Stark, as casas de Westeros entram em guerra. Em Winterfell, Robb Stark reuniu um exército e avança para o Sul. Do outro lado do Mar Estreito, Daenerys Targaryen se mostra pronta para reivindicar o Trono de Ferro.



DEPOIS DO QUE ACONTECEU

O vazio deixado por Alex fez com que Isabel passasse um ano fugindo de si mesma. Depois do que aconteceu, ela não acredita que conseguirá voltar a ser feliz. Mas tudo pode mudar quando Daniel Clark entrar no seu caminho. Ela precisará escolher entre ficar presa ao passado ou dar uma segunda chance ao amor. Não perca esse lançamento da autora Juliana Parrini, pela editora Suma de Letras.





5 a 7 AGO

Vinho em Santa Teresa

Os apreciadores de um bom vinho têm destino certo no Espírito Santo em agosto. Reunindo música, boa gastronomia e, claro, vinhos de qualidade, acontecerá, durante três dias, a tradicional Festa do Vinho e da Uva de Santa Teresa. Em sua 19ª edição, a festa contará com atrações nacionais e desfile cultural.



1 a 11 SET

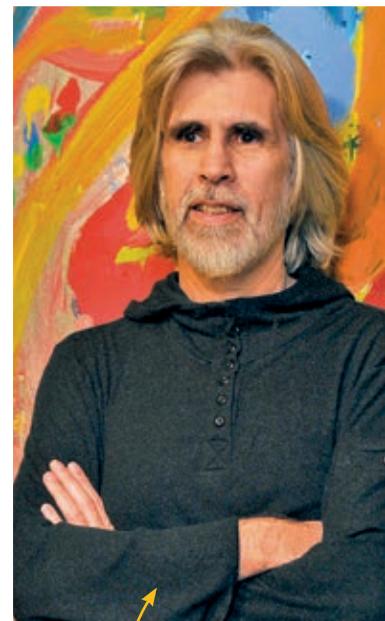
Scorpions

Conhecida por gerações de roqueiros, a banda alemã Scorpions se apresentará no Brasil em setembro. A turnê comemora 50 anos de carreira da banda e os mais de 100 milhões de álbuns vendidos. Entre os dias 1º e 3, o show acontecerá no Citibank Hall, em São Paulo; no dia 6, no Classic Hall, em Recife; 8, na Arena do CFO, em Fortaleza; e 11, no Metropolitan, no Rio de Janeiro.

18 SET

Samuel Rosa

O líder do Skank, Samuel Rosa, se encontrará com o grupo capixaba Big Beatles no Teatro da Ufes, em uma noite que promete muitas emoções e grandes sucessos. É mais um show especial da edição 2016 do Projeto Sócio de Carteirinha, uma iniciativa da Big Beatles, e que traz grandes nomes populares do rock nacional. Já marcaram presença no projeto Di Ferrero, da banda NX Zero, e o compositor e instrumentista Wagner Tiso.



13 AGO

Oswaldo Montenegro

O cantor Oswaldo Montenegro apresentará, na área de eventos do Shopping Vila Velha, o seu lado trovador no novo show “A Porta da Alegria”. Além da canção inédita, que dá nome ao show, o cantor apresenta outras novidades e também sucessos tradicionais, como “A Lista”, “Bandolins”, “Lua e Flor”, “Estrelas” e “Sem Mandamentos”. A classificação é 16 anos. Mais informações sobre ingressos no site www.blueticket.com.br

PARA OUVIR



EXPRESSO 2222

Reedição que chega às lojas brasileiras em comemoração aos 70 anos de Gilberto Gil e aos 40 anos de lançamento do disco original, ainda em vinil. Uma obra-prima da MPB, o álbum traz canções como “Pipoca Moderna”, “Sai do Sereno”, “Oriente” e, claro, a faixa que dá nome ao CD.



SER DE LUZ

A baiana Mariene de Castro faz um emocionado tributo a Clara Nunes. Lançado em CD e DVD, esse trabalho reúne músicas que foram sucesso na voz da cantora mineira, como “Guerreira”, “Morena de Angola”, “Conto de Areia” e “Portela na Avenida”, entre outras.

O momento é de inovar

“No desenvolvimento da atividade empresarial é comum a ocorrência de lavraturas de autos de infração pelos entes fiscalizadores contra os estabelecimentos comerciais”



DEUBER LUIZ VESCOVI DE OLIVEIRA

é pós-graduando em Gestão de Projetos, é formado em Direito e em Ciências Contábeis. Ex-líder estadual da NF-e e CT-e, ex-instrutor na Sefaz e palestrante. É também autor dos livros. “Nota Fiscal Eletrônica - NF-e: aprenda de forma simples e fácil” e “Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e: da legislação à rotina do emitente”.

A atual situação econômica que o país atravessa tem impactado profundamente o empresariado brasileiro. Mas mesmo nesses momentos de dificuldades podemos encontrar novas formas de solução de conflitos.

É fato que o empresário gera empregos, possibilita ao administrador público investimentos em diversas áreas sociais e de infraestrutura, que são demandas da população, etc. Tudo isso por meio do pagamento de tributos, em face da atividade econômica por ele desenvolvida. Entretanto, desenvolver essas atividades não é tarefa das mais simples. Inúmeros fatores dificultam o desenvolvimento da atividade econômica, tais como: criação de planos e pacotes econômicos promovidos frequentemente pelo Governo Federal; elevada carga tributária, superior a 35%; concorrência desleal; complexidade de atender às legislações sob todos os seus aspectos; burocracia; calote de clientes; juros bancários elevados; roubos de mercadorias, só para citar alguns. É nesse cenário conturbado que vive o empresário brasileiro, colocando inclusive o seu patrimônio em total risco de perdê-lo.

No desenvolvimento da atividade empresarial é comum a ocorrência de lavraturas de autos de infração pelos entes fiscalizadores contra os estabelecimentos comerciais. Dependendo do valor da autuação, fica difícil pagá-la à vista. As administrações tributárias, nesse caso, permitem o seu parcelamento ordinário, com prazo determinado,

entretanto sem redução das penalidades. Em situações excepcionais e mediante publicação de texto legal, podem ocorrer os Programas de Parcelamento Incentivado de Débitos Fiscais, chamados de Refis. Nesses casos, existem as reduções das penalidades, como forma de incentivar a quitação do débito, à vista ou mesmo parcelado, mas também com prazo fixado. Ocorre que nem sempre será possível para o empresário quitar a dívida nos prazos fixados nos parcelamentos.

Considerando que o empresário deseja quitar a dívida, mas impossibilitado pelos prazos dos parcelamentos, seria necessário encontrar outra forma para que ela pudesse ser paga. Dependendo da autuação sofrida pelo estabelecimento comercial, ele pode acabar por fechar. Assim, uma nova modalidade de quitação poderia ser implementada na esfera administrativa: a penhora sobre o faturamento, que seria um percentual (acordado entre devedor e credor) aplicado sobre o faturamento do estabelecimento devedor, a ser depositado mensalmente em conta bancária específica. Os valores dos depósitos devem ser acompanhados e certificados por servidor designado para esse fim. Com o tempo, os valores mensalmente depositados seriam convertidos para quitação das dívidas. Assim, essa modalidade de quitação da dívida permitiria o recebimento dela pelo credor e também proporcionaria ao devedor manter-se em atividade, gerando empregos e recolhimento de tributos aos cofres públicos.

#horror♥es

RECEITA X INVESTIMENTO

A campanha #Horrores, do Sindifiscal-ES, propõe debater junto à sociedade capixaba os malefícios da política tributária e fiscal do governo, que não prioriza o efetivo combate à sonegação, utiliza a prática de renúncia fiscal sem transparência e qualidade na concessão de benefícios a setores econômicos e não investe na estrutura da Administração Tributária, para que possa cumprir sua função de Estado em prol do controle da arrecadação, da correta aplicação das receitas públicas e do bem-estar social.

NÚMEROS DA SONEGAÇÃO

A sonegação no Brasil é três vezes maior do que o Produto Interno Bruto capixaba, estimado em 140 bilhões, que representa todas as riquezas produzidas pelo Espírito Santo.

Somente em 2015 foram recuperados mais de R\$ 284 milhões para os cofres do Estado em sonegação fiscal, base da corrupção e do "Caixa 2".

Esses vultosos valores sobrecarregam os mais necessitados e a classe média de forma impiedosa, ao mesmo tempo em que são benevolentes com empresas que fazem da sonegação a sua principal fonte de lucro.



REFÉNS DA RENÚNCIA



O governo prevê até o final de 2019 uma renúncia de receita na ordem de R\$ 4,4 bilhões em concessão de incentivos e benefícios fiscais. Essa prática tende a elevar a carga tributária sobre outros contribuintes, como forma de compensar a renúncia, e recai sobre as camadas mais pobres da população.

Cerca de R\$ 1,3 bilhão do total renunciado até o fim de 2019 deixará de chegar aos municípios capixabas o que provoca drasticamente o estrangulamento das receitas municipais que, predominantemente, dependem das transferências do Estado, sobretudo neste momento de crise e diminuição da capacidade dos municípios em investir em políticas públicas.

VOGÊ CONHECE NOSSOS CLUBES ?

SEDE SOCIAL DÉLIO CASTELLO



Endereço: Pedra do Itabira
Cachoeiro de Itapemirim (ES)

SEDE SOCIAL DE VILA VELHA



Endereço: Avenida Ceará, nº400
Bairro Jockey de Itaparica, Vila Velha (ES)

Nossos clubes são equipados com piscinas, campo de futebol gramado, salão de jogos e outras atrações. Além de uma ótima opção de lazer e ponto de encontro para os amigos, também é espaço para realização de eventos do Projeto Fisco Social, que promove ações beneficentes e educativas, visando a conscientização sobre a função social do tributo e do acompanhamento dos gastos públicos.